



UFAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES (ICHCA)

CURSO DE JORNALISMO

RELATÓRIO TÉCNICO

(de Trabalho de Conclusão de Curso)

Dandariei: o aquilombamento da mulher negra na mídia
alagoana (Grande
Reportagem)

ORIENTADORA: Magnólia Rejane Andrade dos Santos
ALUNA: Emanuella Lima dos Santos

Maceió, setembro de 2023

Dandariei: o aquilombamento da mulher negra na mídia alagoana (Grande Reportagem)

Trabalho de Conclusão de Graduação em Comunicação Social, Jornalismo da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção de grau de bacharel em jornalismo.

Orientador (a): Profa. Dra. **Magnólia Rejane Andrade dos Santos**

Maceió, 2023

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

S237d Santos, Emanuella Lima dos.

Dandariei : o aquilombamento da mulher negra na mídia alagoana (Grande Reportagem) / Emanuella Lima dos Santos. – 2023.
94 f. : il.

Orientadora: Magnólia Rejane Andrade dos Santos.

Relatório (Trabalho de conclusão de Curso em Jornalismo) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Maceió, 2023.

Bibliografia: f. 41-45.

1. Negras. 2. Jornalismo - Alagoas. 3. Racismo. I. Título.

CDU: 070:323.14-055.2

RESUMO

O presente relatório aborda as experiências, metodologias e conteúdos teóricos aplicados na grande reportagem intitulada "Dandariei: o aquilombamento da mulher negra na comunicação alagoana". O objetivo deste trabalho é explorar a relação entre jornalismo e racismo, buscando compreender e destacar as desigualdades sociais enfrentadas pelas mulheres negras no campo da comunicação em Alagoas. Utilizando uma abordagem metodológica crítica e entusiasta, este estudo se baseia em relatos descritivos, documentos e referências bibliográficas que enfatizam as inter-relações de gênero, classe e raça. Pretende-se demonstrar como as mulheres negras romperam com a hegemonia sexista e racista dentro do cenário da comunicação alagoana. Este trabalho analisa os padrões sociais que suprimem as produções das mulheres negras e traz à tona o protagonismo dessas mulheres em suas próprias histórias. Elas são resilientes, resistentes e são vistas onde quer que estejam. A fundamentação teórica deste estudo foi construída a partir das reflexões e conceitos propostos por Sueli Carneiro, Kabengele Munanga, Bell Hooks, Silvio Almeida, Angela Davis, Darcy Ribeiro, Lélia Gonzales e Patricia Hill Collins.

Palavras-chave: Grande reportagem; Mulher Negra; Jornalismo; Alagoas; Racismo.

ABSTRACT

This report addresses the experiences, methodologies and theoretical content applied in the major report entitled "Dandariei: the quilombamento of black women in Alagoas communication". The objective of this work is to explore the relationship between journalism and racism, seeking to understand and highlight the social inequalities faced by black women in the field of communication in Alagoas. Using a critical and enthusiastic methodological approach, this study is based on descriptive accounts, documents and bibliographic references that emphasize the interrelationships of gender, class and race. The aim is to demonstrate how black women broke with sexist and racist hegemony within the communication scenario in Alagoas. This work analyzes the social standards that suppress the productions of black women and brings to light the protagonism of these women in their own stories. They are resilient, resilient and are seen wherever they are. The theoretical foundation of this study was built from the reflections and concepts proposed by Sueli Carneiro, Kabengele Munanga, Bell Hooks, Luis Almeida, Angela Davis, Darcy Ribeiro and Patricia Hill Collins.

Keywords: Great report; Black woman; Journalism; Alagoas; Racism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
OBJETIVOS.....	14
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
DISCRIMINAÇÃO VELADA x NEGAÇÃO COLETIVA	24
MULHER NEGRA NA LINHA DE FRENTE DA LUTA CONTRA A HEGEMONIA	26
INTERSECCIONALIDADE DA MULHER NEGRA	30
PROCESSO DE PRODUÇÃO JORNALÍSTICA	33
RESULTADOS E DISCUSSÃO	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
DANDARIEI: O AQUILOMBAMENTO DA MULHER NEGRA NA MÍDIA ALAGOANA	46
PARTE II 79	
DANDARA: A PRINCESA ANCESTRAL QUE GUIOU O POVO PRETO PARA A LIBERDADE	79
PARTE III	83
A FALSA LIBERDADE DA INDEPENDÊNCIA	83
PARA NÃO ESQUECER: “AS AFIRMATIVAS QUE REVELAM A DIÁSPORA DA POPULAÇÃO NEGRA”.....	86

INTRODUÇÃO

O termo “Dandariei” é uma reflexão ao papel de Dandara, esposa de Zumbi dos Palmares, a princesa ancestral que liderou a libertação do povo preto. Considerada uma figura histórica, Dandara viveu no Brasil durante a escravidão e foi responsável por guiar homens e mulheres ao Quilombo dos Palmares, que é atualmente símbolo de luta e resistência.

Ao falar de Dandara, reconhecemos que a mulher preta é vista como referencial de liderança, de libertação e de defesa. A coragem e a luta de Dandara ficou conhecida no mundo todo, principalmente por ser aquela que inspirava outras mulheres. Nossa princesa enfrentou a opressão e guerreou contra a escravidão e até os dias de hoje vem sendo lembrada como a força que levanta mulher negra.

Usar o termo “Dandariei” na comunicação, é trazer para este espaço um movimento transformador, que representa a luta constante da mulher preta nesta profissão. Esta abordagem trabalha a presença e atuação dessas mulheres negras e desempenha um papel fundamental na quebra de estereótipos, na ampliação de vozes e na promoção de diversidades. A partir do aquilombamento¹ da mulher preta é que criamos espaços de união, apoio e fortalecimento. Essa comunicação busca trazer para o centro do debate pautas antes marginalizadas e abordar questões como: racismo, desigualdade social, violência de gênero e representatividade feminina.

Esse movimento é importante e necessário para que haja reconhecimento e valorização do trabalho dos profissionais da área. Batendo de frente com a sociedade que se construiu através de bases patriarcais e racistas. Outro viés relevante para esse trabalho é a relação contraditória que coloca, antes de tudo, a mulher negra na linha de frente de inúmeras lutas e resalta suas vulnerabilidades. No entanto, apesar dos avanços, a mulher negra na comunicação alagoana ainda enfrenta muitos desafios, como o racismo estrutural e a falta de oportunidades, além da ausência dos acessos aos cargos de liderança e visibilidade em mídias tradicionais. Neste contexto, podemos destacar que, a existência das mídias

¹ O aquilombamento da comunicação preta combate a forma como as mulheres negras são retratadas na mídia tem como objetivo desconstruir essas representações e promover uma visão mais complexa e multifacetada da experiência negra feminina.

alternativas e das plataformas digitais, redes sociais e outros meios são fundamentais para a construção de uma identidade preta na comunicação.

Em Alagoas, infelizmente, a presença de mulheres negras em posições de destaque na mídia é extremamente limitada. Essa desigualdade é histórica e persiste ao longo das gerações. Apesar de as mulheres negras representarem um quarto da população brasileira e os pretos e pardos constituírem 50% dos alunos matriculados no ensino superior, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é evidente que há uma hegemonia branca na comunicação que não reflete a realidade alagoana.

É através desta ausência de representação, que este trabalho tem como objetivo, analisar e refutar os processos de construção da identidade da mulher negra na comunicação respaldados nas vivências e relatos de mulheres que atuam na mídia alagoana, fazendo observações calcadas em credibilidade, conhecimento, preconceito de gênero e racismo. E pontuando as diferenças entre ‘mulher’ e ‘mulher negra’ como explica Angela Davis:

Continuarão a existir dois distintos desse movimento de mulheres, um visível e outro invisível, um reconhecido publicamente e o outro ignorado? Se essa pergunta for respondida de modo afirmativo, isso significa que a busca por igualdade continuará a ter sérias falhas. O potencial revolucionário do movimento de mulheres por igualdade ainda não terá sido realizado. Influenciados pelo racismo, os defeitos da primeira e das segundas ondas terão se tornado uma herança para a terceira onda. (DAVIS, 2017, p. 18)

No panorama brasileiro², nos últimos anos, houve o aumento da atuação das mulheres no jornalismo, o que representa um avanço significativo e que deve ser celebrado. No entanto, quando analisamos a realidade das mulheres negras nesse campo, percebemos que elas ainda enfrentam inúmeras dificuldades e desafios para conquistar espaços de destaque e visibilidade. As mulheres negras têm sido pioneiras em diversos aspectos históricos e culturais do Brasil, mas muitas vezes suas contribuições são negligenciadas e invisibilizadas pela sociedade.

Isso também se reflete na mídia, onde a presença das mulheres negras como narradoras, comentaristas, escritoras, repórteres e apresentadoras ainda é minoritária. Essa falta de representatividade e diversidade nos meios de comunicação³ contribui para

² Panorama brasileiro, baseado no perfil dos jornalistas de 2021 disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/tendencias-no-jornalismo/sai-o-relatorio-final-da-pesquisa-perfil-do-jornalista-brasileiro-2021/>

a perpetuação de estereótipos e preconceitos, além de reforçar a invisibilidade das mulheres negras. Portanto, a ausência de vozes e perspectivas pretas na mídia limita a pluralidade de ideias e a compreensão da diversidade da sociedade. Além disso, a falta de representatividade impede que as mulheres negras se vejam como protagonistas e referências em suas próprias histórias.

Promover a igualdade de oportunidades implica em ampliar a permanência das profissionais negras, valorizar suas narrativas e experiências, e garantir que suas vozes sejam ouvidas e respeitadas. A luta por igualdade de gênero, raça e classe na comunicação é um desafio que exige ações concretas por parte dos veículos de mídia, das instituições de ensino e da sociedade como um todo. É necessário implementar políticas de inclusão, oferecer programas de capacitação e formação específicos, e combater o racismo estrutural presente nos meios de comunicação. Cada mulher aqui apresentada teve suas próprias lutas e se encontraram através do amor pela comunicação. É de uma grandeza imensa, identificar problemáticas sociais que precisam ser enfrentadas por essas mulheres e que ainda são temas de discussões. Trazendo ainda um panorama amplo da construção social alagoana responsável pela ausência de mulheres negras na comunicação do Estado.

Para a fundamentação teórica deste trabalho, foram utilizados textos de Angela Davis, conceitos e objetividades viabilizados através do Estudo da Kantar IBOPE⁴ Media e o aspectos sociais presentes no Perfil do Jornalista de 2021.

⁴ A Kantar IBOPE Media faz parte da Kantar, líder global em dados, insights e consultoria.

OBJETIVOS

GERAL:

Discutir e desenvolver uma grande reportagem sobre a importância do aquilombamento da mulher negra na comunicação alagoana.

ESPECÍFICOS:

- Identificar mulheres, contar suas histórias e falar sobre a união da mulher negra na comunicação;
- Contextualizar a história do povo preto no Brasil, passando pela escravidão até os dias atuais;
- Potencializar movimentos negros na mídia brasileira;
- Abordar as problemáticas sociais causadas pelo racismo e sexismo;
- Explicar a necessidade das cotas raciais e trazer à tona os debates sobre a coerção negra no jornalismo alagoano;
- Publicar os perfis das mulheres negras que fazem parte da comunicação de Alagoas;
- Refutar a epistemologia dominante no jornalismo alagoano.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A comunicação alagoana possui muitas vertentes responsáveis por influenciar diretamente opiniões, conceitos, sistemas e principalmente a política local. Entende-se que o jornalista é a pessoa que deveria romper padrões, questionar e dialogar sobre questões sociais que muitas vezes são silenciadas e negligenciadas em âmbito regional e nacional, o que não acontece aqui no Estado. Mesmo com essa prática sendo tão comum e naturalizada, algumas vozes se levantam e se aproximam do que chamamos de “liberdade de imprensa”.

Com o surgimento de novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) na segunda metade do século XX e sua expansão a partir da década de 1990, uma pequena parcela da população passou a ter acesso à internet, mas antes disso, ainda na época da escravidão, os negros que sabiam ler e escrever passaram a influenciar a opinião de outros negros sobre os processos de escravização e a falsa liberdade imposta pelos europeus. A veiculação de periódicos, que contavam histórias sobre negros livres que continuavam escravizados, foram o passo inicial para o acesso da mídia negra brasileira. Atualmente, o processo de ampliação da internet aconteceu tão rápido que veio trazendo vários “boons”⁵ para a comunicação mundial. Com essa popularização de microcomputadores e smartphones, surgiram também novas oportunidades de romper com a mídia tradicional que domina Alagoas e investir na comunicação independente que atua diretamente na mobilização de grupos sociais atuantes contra o racismo e sexismo⁶ na imprensa.

Apesar da insistência da comunicação negra brasileira, a realidade é que ao longo da história a população negra passou por vários tipos de violências, sendo esta a maior vítima da ausência de identidade, dos estereótipos e dos apagamentos sociais que marcaram seus corpos e suas subjetividades.

No entanto, quando se fala de escravização de pessoas negras, entende-se, que houve um período no Brasil, em que povos africanos foram sequestrados, violentados, obrigados a trabalhar e a se moldar aos costumes europeus, mas a escravidão para homens e

⁵ “BOONS”- termo linguístico para expressar sons de explosões

⁶ Barbosa; Silva (2009, p. 53), explicam: Racismo e sexismo têm sido os principais obstáculos para que a mulher negra possa ter a sua cidadania assegurada, pois mesmo entre os negros, as diferenças de renda entre homens e mulheres são mais significativas que entre os demais grupos raciais. A pobreza no Brasil tem cor e sexo: é negra.

mulheres não foi igual. Neste período a mulher preta vivia um apagamento identitário que a colocou na base de várias problemáticas sociais e até os dias de hoje ela continua sendo triplamente violentada, pelo capitalismo, machismo e racismo.

Nesse contexto, fica claro que além da violência racial, a mulher escrava, nas relações tecidas na sociedade colonial, foi submetida à violência sexual, física, moral e psicológica, pois esta em última instância está atrelada a um processo sistemático de destruição da mulher negra; assim também, por exemplo, era culpabilizada por despertar o desejo e furor sexual do senhor e de seus filhos. OLIVEIRA, MARIA, 201, P. 104)

E como se não bastasse as violências, para diminuir os impactos da culpa, os europeus criaram o conceito de raça para separar ainda mais negros e brancos, atribuindo ao grupo menos favorecido fenotípicos como a cor da pele, a textura do cabelo, o formato do nariz e dos lábios, entre outros, com o objetivo de hierarquizar, fenômeno que decorre do racismo (Costa & Scarcelli, 2016).

Outras estratégias foram utilizadas para excluir a população negra dos processos ideológicos que colocavam sempre as classes dominantes como aquelas que podiam julgar, explorar, oprimir os grupos sociais “inferiores”, mas que têm a cor da pele como principal diferencial, o que significa que brancos pobres podem discriminar pretos pobres.

Logo, foram aprimoradas diversas didáticas de consumo para colocar a população negra à margem da sociedade, tirando dela todas as possibilidades de ascensão social, acesso à educação e escancarando as desigualdades advindas do processo de discriminação racial.

No âmbito da comunicação, o racismo atua como uma força que evidencia as discrepâncias sociais. No livro “O que é lugar de fala?” Ribeiro (2017) reflete a luta histórica das mulheres negras para serem vistas como pessoas, que eram capazes de produzir discursos hegemônicos, já que eram constantemente silenciadas e tiveram o processo de construção da sua identidade roubado.

Se essa pesquisa fosse realizada por um homem ela teria outro olhar. Para entender melhor o que é lugar de fala, é necessário não se isentar da posição social, de gênero e classe descrita neste contexto, quando Lila Abu-Lughod escreve o livro “A escrita contra a cultura” (2018), ela reflete sobre a diferença entre “si” e “outros” e versa sobre a importância que grupos sociais como mulheres e negros cruzam fronteiras para se legitimarem em suas posições. Por essa razão, apresentar um universo complexo e não apenas parcial, caberia trazer as mulheres que se levantaram na como vozes potentes em um espaço dominado pela elite branca alagoana.

Patricia Hill Collins (2019), no livro *Pensamento Feminista Negro*, aponta que o lugar de fala é fundamental para atravessar a auto definição e interligar os processos de compreensão em torno da raça e do gênero.

RECONHECER-SE NEGRA: O DEBATE SOCIAL SOBRE A AUTO DEFINIÇÃO AFRO-BRASILEIRA

A ausência de identidade do povo preto é uma das problemáticas sociais que impediram a autoafirmação e auto definição dessa parcela da população. Esse processo silencioso é vivenciado por cada pessoa preta no país, mas quando as mulheres passam por essa experiência, suas imagens são automaticamente estereotipadas, e suas individualidades são desumanizadas. A cor da pele define experiências, oportunidades e percepções de cada pessoa, abrangendo não apenas o mercado de trabalho, mas também as relações sociais. “O racismo não é apenas um ato ou uma série de atos, mas um processo histórico e político em que as condições de subalternidade ou privilégio dos sujeitos racializados são estruturalmente reproduzidas” (Almeida, Silvio, 2019).

A “permanência do padrão escravista nas relações trabalhistas” evidenciou-se nas supostas agências de emprego, que, disfarçadas de instituições de caridade, funcionavam como aliciadores de ex-escravizados(as) para os mais diversos serviços, como nas fazendas, nos canteiros de obras e nas casas de famílias abastadas. Recebiam apenas a comida e o alojamento como forma de pagamento. Tais agências recrutavam trabalhadores de forma violenta, ameaçando-os com armas de fogo a aceitar o trabalho. (Araújo, 2013, p.17)

No entanto, ao incidir sobre o processo da formação da identidade, o racismo passa a interferir intrinsecamente na construção da noção do “eu”, como explica os teóricos da Abordagem Centrada na Pessoa-ACP (Kinget, 1977)⁷, que diz a respeito da estrutura de percepções da própria pessoa, que são baseadas em características, qualidades, defeitos, capacidades, limites, atributos, valores e relações, que cada indivíduo possui. Esse conjunto de percepções de si abrange todas as experiências da pessoa, em toda sua vida. Esses autores acreditam que há uma tendência em todo ser humano que o conduz ao crescimento e ao desenvolvimento (a tendência atualizante, conforme a ACP) e, para que a pessoa exerça essas potencialidades, um contexto de relações humanas positivas e favoráveis à conservação e valorização do ‘eu’ precisa existir.

⁷ A Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) valoriza a aceitação, acolhimento e a autenticidade, ou seja, o terapeuta dentro da sua autenticidade partilha dos princípios centrados na pessoa. Trata-se de uma abordagem que é mais do que apenas um compilado de técnicas e normas.

O “eu” não é auto definido como uma maior autonomia que ganhamos ao nos separar dos outros. “Devemos ir além do foco no ‘eu pessoal’, porque existe um ‘eu’ maior. Existe um ‘eu’ dos negros”. Em vez de definir o “eu” em oposição aos outros, a conexão entre os indivíduos proporciona às mulheres negras autodefinições mais profundas e mais significativas” (COLLINS, 2019, p. 204).

Ao apontar a questão identitária, a maneira violenta como o racismo atua sobre a formação da identidade, Munanga (2012) afirma que: “A interiorização de discursos e ideologias, como a do branqueamento, desempenha um papel significativo no imaginário e nas representações que indivíduos e coletividades têm de si mesmos, interferindo diretamente no processo de constituição dessas representações”. A internalização da ideologia do branqueamento, que exalta a brancura como norma e desvaloriza a negritude, tem consequências profundas para as mulheres negras. Essa internalização leva à alienação, à negação de sua própria humanidade e à baixa autoestima. Ao internalizar a ideia de que ser branca é superior e aspirar a características associadas à brancura, as mulheres negras são constantemente confrontadas com um ideal inalcançável que as coloca em uma posição de desvalorização e marginalização.

Essa luta constante para se adequar e se apropriar do comportamento eurocêntrico, impostos pela ideologia do branqueamento, gera um impacto negativo na saúde mental das mulheres negras. Elas enfrentam pressões sociais e culturais que as levam a se sentirem inadequadas, invisíveis e menos valorizadas. Combater o racismo em todas as suas manifestações, tanto individuais quanto estruturais, envolve a desconstrução de estereótipos, a valorização da diversidade e a criação de oportunidades equitativas para todas as pessoas, independentemente de sua raça ou etnia.

Na obra de Collins (2019), é discutido o impacto das imagens de controle na sociedade, destacando como essas representações afetam de maneira desigual os diferentes grupos sociais. Especificamente, as mulheres negras são particularmente prejudicadas por essas imagens, devido à sua exposição a múltiplas formas de opressão.⁸As imagens de controle desempenham um papel significativo na perpetuação das opressões enfrentadas pelas mulheres negras. Essas representações, frequentemente estereotipadas e negativas, reforçam narrativas e ideias preconceituosas que marginalizam e desvalorizam as mulheres negras em várias esferas da sociedade.

⁸ Chamado de processo de autodefinição, as imagens de controle atuam intrinsecamente no comportamento da mulher negra em sociedade e é responsável por uma série de problemas psicológicos associados ao racismo.

Enfrentando constantemente essas imagens de controle, as mulheres negras encontram desafios adicionais para afirmarem sua identidade e reivindicarem seu espaço. Compreender que as imagens de controle não são meramente produtos da mídia ou da cultura popular, mas que refletem estruturas e sistemas de opressão enraizados na sociedade é um desafio. Collins ressalta que a desconstrução das imagens de controle requer um esforço coletivo, envolvendo a participação ativa de diferentes atores sociais, incluindo a mídia, a indústria do entretenimento, educadores e a sociedade como um todo. Somente através da conscientização e ação coletiva podemos combater as estruturas de opressão e promover igualdade de oportunidades para as mulheres negras.

A negritude ou a identidade negra se refere à história comum que o olhar do mundo ocidental “branco” reuniu sob o nome de negros. A negritude não se refere somente à cultura dos portadores da pele negra, que, aliás, são todos culturalmente diferentes. Na realidade, o que esses grupos humanos têm fundamentalmente em comum não é, como parece indicar o termo negritude, a cor da pele, mas sim o fato de terem sido na história vítimas das piores tentativas de desumanização e terem sido suas culturas não apenas objeto de políticas sistemáticas de destruição, mais do que isso, ter sido simplesmente negada a existência dessas culturas. Tomada de consciência de uma comunidade de condição histórica de todos aqueles que foram vítimas da inferiorização e negação da humanidade plena pelo mundo ocidental, a negritude deve ser vista também como confirmação e construção de uma solidariedade entre as vítimas (MUNANGA, 2012, p. 12)

IMPRENSA RACISTA: A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA CONSTRUÇÃO DA REALIDADE SOCIAL

A imprensa desempenha um papel fundamental na formação do consenso político e na reprodução do poder na sociedade. Assim como outras instituições da mídia, a imprensa é considerada um tipo de discurso de elite, conforme definido por Van Dijk (2003). Analisar a imprensa é uma maneira privilegiada de compreender como a linguagem é usada em benefício de determinados segmentos da sociedade ou pontos de vista específicos.

As notícias permitem a representação do mundo por meio da linguagem, mas é importante destacar que elas são construções e não meros reflexos isentos de valor dos fatos, como apontado por Fowler (1991). O discurso da imprensa é uma construção da

realidade que busca atender a propósitos específicos. A notícia é tanto o resultado do tratamento dado a um fato histórico quanto um produto que passa por uma elaboração adicional, como propõe A. P. G. Ribeiro (2000).

Segundo Ribeiro, não existe um fato histórico "bruto". Ele sempre é resultado de uma elaboração teórica que o torna histórico. Isso pressupõe a existência de um sistema de referência e uma teoria que orientem a seleção e a valorização dos acontecimentos e processos.

Para Fairclough (1995), o jornalismo envolve uma complexidade de propósitos sociais. Os jornalistas não apenas reelaboram os eventos, mas também os interpretam, explicam e buscam influenciar as pessoas a ver as coisas e agir de certas maneiras. O objetivo também é entretê-las. O conceito de uma "estória" sugere essa multiplicidade de propósitos, em que frequentemente pensamos em histórias como formas de entretenimento e diversão, muitas vezes mais relacionadas à ficção do que à realidade factual.

O discurso da imprensa não é apenas mais um discurso no mundo contemporâneo, mas assume um papel de destaque na formação do consenso na sociedade. Isso se deve ao fato de a imprensa ser a principal instituição responsável pela divulgação de informações, contando com uma estrutura e um aparato que alcança milhões de pessoas. Além disso, as pessoas e as instituições dependem da imprensa na formação e consolidação de uma visão de mundo. Consequentemente, como observado por Van Dijk (1991), a maioria das pessoas brancas não são confrontadas com um sistema de discurso público que promova uma ideologia antirracista diante da realidade.

A relação entre racismo e imprensa é um fenômeno negado, mas presente nas sociedades. Segundo o autor, a imprensa, como representante da estrutura de poder dos brancos, restringe o acesso e a veiculação de pontos de vista de grupos étnicos minoritários, retratando-os preferencialmente em associação com crime, violência, conflito e diferenças culturais inaceitáveis.

Van Dijk também aponta que o racismo na imprensa e em outros âmbitos da sociedade é frequentemente acompanhado de estratégias de atenuação. Pessoas com comportamento racista muitas vezes buscam se apresentar como tolerantes e defensoras da igualdade dentro de um sistema político pluralista, mas não são consistentemente antirracistas. A imprensa possui um papel fundamental na reprodução do poder não é passivo, pois ela pode veicular interesses conflitantes, representar grupos de oposição legítimos e, às vezes, falar em nome das pessoas.

A imprensa tem um controle quase exclusivo sobre os recursos simbólicos que moldam o consenso popular, especialmente nas relações étnicas, uma vez que as elites desfrutam de um acesso privilegiado à mídia, permitindo-lhes influenciar o público com suas opiniões.

Além disso, a reprodução da dominação étnico-racial ocorre por meio de padrões diferenciados de acesso ao discurso, distinguindo a população majoritária das minorias. O racismo não se manifesta apenas por causa do acesso desigual à moradia, empregos, aluguéis, educação ou bem-estar, mas também devido ao poder de acesso preferencial à mídia, que as elites possuem para definir a situação das relações étnicas e contribuir para a reprodução do racismo.

ESTEREÓTIPOS RACIAIS: A REPRESENTAÇÃO INADEQUADA DOS NEGROS NA IMPRENSA

Em 2020, Lélia Gonzalez escreveu uma reflexão sobre o mito da democracia racial⁹, abordando as principais imagens de controle associadas às mulheres negras no Brasil. A autora apresenta um argumento contundente, revelando que por trás da democracia há algo muito mais sombrio e opressivo, especialmente para as mulheres negras.

Através de uma análise perspicaz, ela expõe a violência simbólica que essas mulheres enfrentam diariamente, contrastando com a exaltação superficial durante o carnaval.

Nesse sentido, Gonzales, (2020, p.80) diz que:

A mulher negra sai do lugar de anonimato e se transfigura na Cinderela do asfalto, adorada, desejada e devorada pelo olhar dos príncipes altos e loiros, vindos de terras distantes só para vê-la.

Essa violência se manifesta de maneira extrema no cotidiano dessas mulheres, quando são forçadas a assumir o papel de empregadas domésticas. É perturbador perceber

⁹ O conceito de mito da democracia racial brasileira que adotamos é o mesmo utilizado por Carlos A. Hasenbalg: “A noção de mito para qualificar a ‘democracia racial’ é aqui usada no sentido de ilusão ou engano e destina-se a apontar para a distância entre representação e realidade, a existência de preconceito, discriminação e desigualdades raciais e a sua negação no plano discursivo. Essa noção não corresponde, portanto, ao conceito de mito usado na Antropologia.” (HANSEBALG, Carlos A. Entre o Mito e os Fatos: Racismo e Relações Raciais no Brasil. In: MAIO, Marcos e SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). Raça, Ciência e Sociedade. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996, p. 237).

que ser mulata e doméstica são atribuições impostas a essas mulheres, mas apenas em contextos específicos ou momentos particulares. Seu valor, ou a falta dele, é determinado por circunstâncias situacionais.

Ao mergulhar na história, Gonzalez desvenda aspectos intrigantes que ajudam a explicar a confusão e a discriminação perpetradas pelos brancos em relação aos negros, especialmente às mulheres negras. Ela questiona se as avós dessa geração, as mucamas¹⁰, têm alguma responsabilidade pelo tratamento desumano que recebem atualmente. Em sua busca pela definição da palavra "mucama" no dicionário Aurélio, Gonzalez descobre que sua origem remonta ao quimbundo e, originalmente, significa "amásia escrava". O termo "amásia" refere-se a uma concubina ou amante.

No entanto, Gonzalez observa que essa conotação não é mencionada na descrição do dicionário, o que ela interpreta como uma tentativa de neutralizar ou esvaziar o significado original. Isso sugere uma intenção de encobrir o conhecimento que os africanos possuíam, mas que precisava ser esquecido e ocultado. Gonzalez questiona o tipo de relação imposto quando um homem branco escolhia uma mulher negra como concubina, mas jamais como esposa. Essa noção distorcida perpetuou-se no imaginário coletivo e continua a afetar profundamente a vida das mulheres negras até os dias de hoje.

Na literatura brasileira as mucamas eram personagens de romances como, 'Mucama Lucinda', de Joaquim Manoel de Macedo, e a 'Mucama Felicidade', de Machado de Assis. Castro Alves também tem uma poesia sobre o tema:

Maria

Castro Alves

*Onde vais à tardezinha,
Mucama tão bonitinha,
Morena flor do sertão?
A grama um beijo te furta
Por baixo da saia curta,
Que a perna te esconde em vão...
Mimosa flor das escravas!
O bando das rolas bravas
Voou com medo de ti!...*

¹⁰ Mucamas eram escravas negras de estimação que auxiliavam nas tarefas domésticas ou acompanhavam pessoas da família, principalmente as sinhás-donas (as donas de casa) e sinhás-moças (as filhas moças da família), na época da escravidão no Brasil.

Levas hoje algum segredo...
Pois te voltaste com medo
Ao grito do bem-te-vi!
Serão amores deveras?
Ah! Quem dessas primaveras
Pudesse a flor apanhar!
E contigo ao tom d'aragem,
Sonhar na rede selvagem...
À sombra do azul palmar!
Bem feliz quem na viola
Te ouvisse a moda espanhola
Da lua ao frouxo clarão...
Com a luz dos astros – por círios,
Por leito – um leito de lírios...
E por tenda – a solidão!
Recife, 11 de março de 2013.

Lélia Gonzalez (2020) reforça que, a construção dos estereótipos da mulata e da doméstica não ocorre de forma isolada, mas está enraizada em um contexto histórico e social mais amplo. A figura da mucama¹¹, que serviu como base para esses estereótipos, remete à herança da escravidão no Brasil, em que as mulheres negras desempenharam papéis subalternos e foram exploradas de diversas formas. A exaltação mítica da mulata, por sua vez, reforça a objetificação e a sexualização da mulher negra, reduzindo sua identidade a estereótipos superficiais e fetichizados. Essa idealização perpetua uma visão distorcida da realidade, que negligencia a complexidade e a multiplicidade de experiências vividas pelas mulheres negras.

Tais estereótipos desempenham um papel crucial na compreensão dos parâmetros da mídia contemporânea e seu impacto na sociedade. Collins (2019)¹² afirma que, o

¹¹ No livro “Vida social no Brasil nos meados de século XIX”, Gilberto Freyre traz a seguinte informação sobre o tema: Vários são os anúncios, nos jornais da época, de “mulatas de bonita figura”... “próprias para mucamas”; de “mulatinhas” que, além de coser “muito bem limpo e depressa” e de saber engomar com perícia, sabiam pentear “uma senhora”; de “mulatas com habilidades”; de “mulatos embarcadiços” e de “cabrinhas próprios para pajens”, alguns tão caros que os vendedores concordam em vendê-los “a prazo”; de “mulatinhas” não só “recolhidas e honestas” como tão bem-educadas para mucamas que sabiam falar francês; [...] (FREYRE, 1977, p. 46).

¹² As imagens de controle, conforme discutidas por Patricia Collins, referem-se a representações visuais que são usadas para exercer poder, influência e controle sobre grupos marginalizados na sociedade. Collins, uma socióloga e teórica crítica, examina a intersecção de raça, gênero e classe e como esses sistemas de opressão são mantidos e perpetuados através das imagens.

conceito de estereótipo nos permite examinar criticamente o uso da mídia tendenciosa na tomada de decisões que afetam grupos específicos. Um estereótipo é uma visão simplificada e superficial que atribui características específicas a um grupo, podendo ter ou não uma conotação negativa, eles podem funcionar como imagens de controle estabelecidas por aqueles que detêm o poder de determinar a ideologia hegemônica¹³. Essas imagens de controle são moldadas com o objetivo de legitimar e perpetuar formas diversas de injustiça social, fazendo com que pareçam normais e aceitáveis.

A mídia fundamenta e mantém a construção de narrativas e representações que moldam a percepção coletiva. Através da seleção de histórias, imagens e linguagem, a mídia pode influenciar a maneira como percebemos e interpretamos os diversos grupos sociais. Quando os estereótipos são perpetuados na mídia, eles podem reforçar desigualdades existentes e contribuir para a marginalização e discriminação de grupos minoritários.

Por décadas, os negros foram retratados de maneira negativa e desumanizada, perpetuando a ideia de inferioridade e justificando a discriminação e a opressão. Essas imagens reforçam narrativas racistas e limitam as possibilidades de identificação e empatia com pessoas negras. No entanto, a mídia também tem o potencial de desafiar e desconstruir estereótipos. Jornalistas, escritores e criadores de conteúdo têm a responsabilidade de questionar e subverter narrativas estereotipadas, ampliando a diversidade de vozes e perspectivas representadas. Pensar a comunicação voltada para o aquilombamento da mulher negra é um campo de estudo e atuação que se destaca pela sua relevância e impacto no contexto contemporâneo.

DISCRIMINAÇÃO VELADA x NEGAÇÃO COLETIVA

O racismo brasileiro muitas vezes se apresenta de forma sutil e velada, sem que os indivíduos se identifiquem explicitamente como racistas. Essa situação nos remete à perspicaz conclusão de Florestan Fernandes sobre as relações raciais no país: o surgimento de um "preconceito reativo", ou seja, um preconceito contra o preconceito ou o preconceito de ter preconceito.

No contexto brasileiro, é comum observar a prática de discriminação racial contra pessoas negras, porém, há uma resistência generalizada em reconhecer e admitir essa

¹³ Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um 'equilíbrio instável'. Hegemonia é a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento (id.: 122).

realidade. Muitos brasileiros são relutantes em aceitar que a discriminação racial está enraizada na sociedade e que afeta negativamente a vida das pessoas negras. Em vez disso, tendem a associar o preconceito racial a outros países, especialmente aos americanos brancos.

Essa postura de negação e deslocamento da responsabilidade contribui para a perpetuação do racismo no Brasil.

Ao abordar a experiência do racismo, especificamente voltada para as mulheres negras na comunicação, é possível notar a "invisibilidade" do processo de discriminação racial como um obstáculo significativo para o reconhecimento e enfrentamento das desigualdades existentes no país principalmente diante das dinâmicas de poder, das representações sociais e dos discursos dominantes que permeiam a mídia e os espaços comunicacionais.

As mulheres negras têm sido historicamente marginalizadas e invisibilizadas nos meios de comunicação, sendo alvo de estereótipos, preconceitos e discriminações. O aquilombamento, enquanto conceito e prática, surge como uma resposta a essa realidade, representando a resistência, a união e a força dessas mulheres na construção de suas próprias narrativas e na busca por espaços de protagonismo.

Contextualizado a negação coletiva, Silva (2019, p.127), afirma:

"A negação de realidades raciais, também conhecida como democracia racial, é uma ideologia que busca promover a negação de atitudes racistas e deslegitimar a produção de conhecimento por pensadores, pesquisadores e ativistas negros"

Segundo o autor, essa perspectiva é utilizada para perpetuar a ilusão de que o perpetrador "não vê cor", ocultando assim a existência do racismo estrutural. No entanto, essa abordagem só fortalece as estruturas de opressão e perpetua a desigualdade.

Outro ponto abordado por Silva (2019, p.217), é a exotização que se concentra nas mulheres racializadas e está ligada à misoginia, resultando em mensagens e associações que as hipersexualizam. Esse tipo de objetificação reforça estereótipos ofensivos e reduz as mulheres racializadas a meros objetos de desejo, ignorando sua individualidade, autonomia e contribuições em outras áreas da vida. E ela vem acompanhada da *Exclusão ou Isolamento*, fazendo com que as mulheres negras não se sintam pertencentes a

determinados grupos nas relações interpessoais, educacionais ou profissionais. Essas atitudes discriminatórias criam barreiras para a igualdade de oportunidades e limitam o pleno desenvolvimento e participação dessas mulheres na sociedade. A negação de realidades raciais, sustenta e perpetua desigualdades sociais.

Nesse sentido, a comunicação voltada para o aquilombamento da mulher negra procura ampliar a visibilidade dessas vozes, promover a representatividade e a diversidade, e desconstruir discursos hegemônicos que perpetuam a opressão. Isso inclui a criação de espaços de discussão, a produção de conteúdos midiáticos alternativos e a reflexão crítica sobre os processos comunicacionais.

Além disso, a comunicação voltada para o aquilombamento da mulher negra também se preocupa com a participação dessas mulheres nos processos de produção e decisão midiática. Historicamente, as mulheres negras têm sido sub-representadas nos cargos de liderança e nas posições de poder nos meios de comunicação. Essa falta de representatividade contribui para a reprodução de narrativas homogeneizadoras e excludentes. Assim, essa área de estudo busca promover a equidade de gênero e raça dentro das estruturas comunicacionais, incentivando a presença e a participação ativa das mulheres negras em todas as etapas do processo comunicativo.

MULHER NEGRA NA LINHA DE FRENTE DA LUTA CONTRA A HEGEMONIA

A atuação de mulheres negras em movimentos sociais sempre desempenhou um papel significativo na história do Brasil, mesmo após a redemocratização do país nos anos 40. Após a Ditadura Militar, nas décadas seguintes, os movimentos sociais feminista e negro ganharam força renovada.

Uma instituição do Movimento Negro, fundado por Abdias do Nascimento, uma liderança negra que teve um papel fundamental ao se pensar numa estratégia que pudesse visibilizar o/a negro/a na sociedade brasileira, combatendo o racismo vigente e exigindo o reconhecimento de uma “identidade negra” e não mestiça, símbolo da brasilidade da época.[...] Para tanto, o Teatro ministrou aulas de alfabetização e iniciação cultural, proferidas por Ironides Rodrigues e Aguinaldo Camargo, cujo material pedagógico utilizado eram as peças teatrais. A educação tornou-se uma estratégia eficaz de combate ao racismo e uma bandeira de luta do Teatro Experimental do Negro. (CEVA, 2012, p. 254).

Durante esse período, as mulheres negras¹⁴ desempenharam um papel fundamental na luta por direitos e igualdade. Elas buscaram enfrentar as múltiplas formas de opressão que afetavam as mulheres negras, abordando questões de gênero, raça e classe social em suas reivindicações.

Um marco importante nessa trajetória foi o surgimento do movimento feminista negro, que trouxe à tona as especificidades das experiências vividas pelas mulheres negras e questionou as formas como o feminismo tradicional negligenciava suas demandas. Esse movimento destacou a interseccionalidade, reconhecendo que as opressões de gênero e raça se entrelaçam e precisam ser abordadas em conjunto.

Embora comportando inúmeras diferenças, o Movimento Feminista e o Movimento Negro ressurgem nos anos 1970, ainda marcados pela ditadura militar, sendo pautados por uma luta pela redemocratização, extinção das desigualdades sociais e em busca da cidadania (RODRIGUES; PRADO, 2010, p.449).

As mulheres negras também se destacaram na luta contra o racismo estrutural e a discriminação racial. Elas organizaram protestos, mobilizações e campanhas para denunciar a violência policial, a desigualdade socioeconômica e as disparidades educacionais que afetam diretamente as comunidades negras.

Desnecessário dizer que o movimento negro não deixava (nem deixou) de reproduzir certas práticas originárias da ideologia dominante, sobretudo no que diz respeito ao sexismo [...] (GONZALEZ, 2008, p. 37).

No entanto, os movimentos sociais liderados por mulheres negras têm sido fundamentais para promover a conscientização, mobilização e transformação social. Seu ativismo tem contribuído para ampliar a representatividade e garantir a inclusão das pautas das mulheres negras na agenda política e social do país.

O ATIVISMO DAS MULHERES NEGRAS NA COMUNICAÇÃO VOLTADA PARA O AQUILOMBAMENTO EM ALAGOAS

A comunicação voltada para o quilombamento da mulher negra na realidade alagoana apresenta desafios e oportunidades específicas, considerando o contexto sociocultural e histórico do estado. Alagoas, assim como o Brasil como um todo, possui

¹⁴ MOTT, Maria L. de B. Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão. Editora Contexto, 1988.

uma longa história de desigualdades raciais e de gênero, que se refletem na comunicação e nos meios de comunicação locais.

Algumas estratégias são utilizadas para silenciar as pessoas negras no Estado e se baseiam na animalização e objetificação desse grupo, isso acontece de forma sutil, porém persistente. Essas estratégias utilizam imagens estereotipadas como meios simbólicos de dominação, visando justificar as desigualdades sociais e econômicas enfrentadas pelas mulheres negras até os dias de hoje.

A branquitude¹⁵ que domina a comunicação de Alagoas, economicamente falando, determina os contextos, alega não ver raça e promove a ideia de que "somos todos iguais". Essa perspectiva naturaliza a ausência das mulheres nos espaços de poder, invisibilizando as barreiras sistêmicas que as impedem de alcançar posições de destaque.

Essas narrativas construídas por aqueles que historicamente detiveram o poder de definir e classificar os outros, em relação a sua própria existência, perpetuam o racismo, o sexismo e os privilégios associados a esses sistemas de opressão.

No contexto alagoano, a mulher negra enfrenta barreiras adicionais devido à intersecção¹⁶ de raça e gênero. Essa realidade é especialmente evidente nos meios de comunicação tradicionais, onde a falta de diversidade é notória tanto no quadro de funcionários quanto nas pautas e abordagens adotadas.

No entanto, nos últimos anos, temos visto um movimento crescente de resistência e empoderamento por parte das mulheres negras na comunicação alagoana. O advento das mídias digitais e das redes sociais também tem sido um catalisador na luta pela representatividade e pela amplificação das vozes das mulheres negras. Porém, o aquilombamento da mulher negra na comunicação alagoana vai além da presença e da representatividade, ele busca criar condições para que essas mulheres ocupem posições de liderança e influência, tanto nos veículos de comunicação, quanto na produção de conteúdo independente. Isso implica em políticas de inclusão, acesso a recursos e oportunidades de capacitação e formação profissional.

¹⁵ Os indivíduos da *raça* branca foram estabelecidos como superiores aos das *raças* negra e amarela, por causa do pigmento mais claro da pele, o formato do crânio, a forma dos lábios, nariz e queixo que segundo o que pensavam, tornava-os mais bonitos, inteligentes, honestos e, portanto, capazes de dominar e comandar as outras *raças* (MUNANGA, 2004).

¹⁶ A intersecção de raça, gênero e classe social condicionam estruturalmente determinados grupos, em especial as mulheres negras, a produção e reprodução de desigualdades sociais no Brasil. Essa segregação se revela de diferentes formas nas relações sociais, culturais e políticas no país. <
https://www.geledes.org.br/reflexoes-sobre-interseccionalidade-de-genero-raca-e-classe-nas-politicas-publicas-em-salvador/?gclid=CjwKCAjwseSoBhBXEiwA9iZtxr25YBEzGcd_GeA0boLGhlRt9LNbKP5yLCdH4FbJh03mPvTT5f6BZBoCy1cQAvD_BwE>

AUSÊNCIA DE DADOS E INVISIBILIDADE DA MULHER NEGRA NA COMUNICAÇÃO

Infelizmente, a falta de dados específicos sobre a participação e representatividade das mulheres negras na comunicação alagoana é um desafio enfrentado nessa área de estudo e análise. A ausência de estatísticas confiáveis dificulta a avaliação precisa da situação e a formulação de políticas e ações efetivas para promover a igualdade de gênero e raça nesse setor.

Ao suprimir a existência de dados sobre as participações das mulheres negras na comunicação, o racismo perpetua-se e impede que a sociedade encare de frente as desigualdades raciais. É possível observar tendências gerais que são reflexo das desigualdades estruturais presentes na sociedade brasileira como um todo. Segundo o estudo "Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil", realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2019, as mulheres negras são as mais afetadas pelas desigualdades econômicas e sociais. Em Alagoas, estado com grande presença da população negra, essas desigualdades podem ser ainda mais acentuadas.

Isso se reflete também na comunicação. De acordo com o relatório "Mulheres na Produção de Notícias" da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) em parceria com a 'Organização das Nações Unidas (ONU) Mulheres', apenas 37% dos cargos de chefia em redações de jornais brasileiros são ocupados por mulheres e somente 22,8% dessas mulheres se autodeclaram negras. Esses números mostram uma grande sub-representação das mulheres negras nos espaços de poder e decisão na mídia.

Outro dado importante é o acesso à internet e às tecnologias digitais. Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2019, realizada pelo IBGE, apenas 63,8% dos domicílios alagoanos possuem acesso à internet. Essa falta de acesso à tecnologia pode limitar as oportunidades de participação e produção de conteúdo online por parte das mulheres negras.

A ausência de dados desagregados por gênero, raça e ocupação nos meios de comunicação dificulta a identificação e o acompanhamento desses parâmetros. Sem informações confiáveis, fica difícil compreender o grau de sub-representação das mulheres negras nos espaços de poder e decisão na mídia, bem como as disparidades salariais e as oportunidades de crescimento profissional.

A falta de dados também dificulta a identificação de padrões e tendências que possam estar contribuindo para a invisibilização e marginalização das mulheres negras na

comunicação alagoana. Sem evidências concretas, é mais difícil convencer os tomadores de decisão e a sociedade em geral da necessidade de ações e políticas voltadas para a promoção da igualdade e da diversidade.

Além disso, a ausência de dados específicos prejudica a elaboração de estratégias de capacitação e formação profissional direcionadas às mulheres negras na área da comunicação. A invisibilidade dos dados pode levar à invisibilidade das demandas e necessidades dessas mulheres, perpetuando a exclusão e a marginalização.

INTERSECCIONALIDADE DA MULHER NEGRA

Além da representação limitada e estereotipada, as mulheres negras também enfrentam desafios no acesso a oportunidades e recursos na mídia. A falta de diversidade nas equipes de produção e tomada de decisão contribui para a perpetuação dessas desigualdades. Quando as vozes e perspectivas das mulheres negras não são incluídas nos processos de criação e produção de conteúdo, suas experiências e necessidades são negligenciadas.

A falta de diversidade na mídia também influencia a percepção pública e os estereótipos sobre as mulheres negras. Pesquisas têm mostrado que a exposição a representações negativas na mídia pode impactar a autoimagem e autoestima das pessoas, especialmente das mulheres jovens. Quando as mulheres negras são retratadas de maneira negativa ou estereotipada, isso pode afetar sua percepção de si mesmas e sua capacidade de se identificar com modelos positivos.

Entendemos que a própria resistência ao debate sobre o racismo no Brasil e as formas em que essa resistência se dá tanto na opinião pública, na imprensa, como na academia, são em si evidências do racismo. A restrição ao reconhecimento do desequilíbrio nas relações raciais e mesmo a recusa ao debate livre sobre o tema não devem ser tomadas como um tabu social simplesmente e sim como a manifestação de controle ideológico da esfera pública (Ações Afirmativas de Combate ao Racismo nas Américas)

A internet e as redes sociais têm desempenhado um papel significativo no empoderamento das mulheres negras, oferecendo plataformas onde elas podem compartilhar suas histórias, pontos de vista e experiências diretamente com o público. Essas plataformas online têm se mostrado importantes espaços de resistência, ativismo e construção de comunidades.

Como aponta, ALAKIJA, (2012). p.140:

[...] é inegável que as mídias sociais têm possibilitado visibilidade e reconhecimento dos não representados na mídia convencional, servindo como seu canal de voz e imagem. As emergentes afro mídias ou mídias afros são exemplos de mídia social contemporânea de identidade como resultado da fusão de várias tecnologias e tendo principalmente a internet para difundir suas mensagens (como sites, blogs, seguidores twitters, etc.). Elas constituem canais de expressão e visibilidade de e para um público segmentado (o público afro) que tem confrontado com a mídia convencional e dominante, em termos de quebra de padrões de imagem, linguagem e atitudes

Em suma, a relação entre mulheres, racismo e mídia é complexa e multifacetada, exigindo uma análise interseccional para compreender plenamente as desigualdades e desafios enfrentados pelas mulheres negras. A representação limitada, os estereótipos prejudiciais e a falta de diversidade na mídia contribuem para a invisibilidade e a marginalização dessas mulheres. No entanto, há uma crescente conscientização e esforços para desafiar essa dinâmica, promovendo a representação autêntica, a inclusão e a igualdade de oportunidades para as mulheres negras na mídia.

A relação entre mulheres e racismo, quando analisada por meio de uma perspectiva interseccional, revela complexidades e desafios únicos que são vivenciados pelas mulheres negras. A mídia, em particular, desempenha um papel significativo na forma como as mulheres negras são retratadas e representadas, muitas vezes perpetuando estereótipos prejudiciais e limitados.

Acreditamos que a cultura da mídia oferece a base sobre a qual muitas pessoas constroem seu senso de classe, de raça e etnia, de nacionalidade, de sexualidade; enfim, ela nos ajuda na construção de nossa identidade e na determinação do que seja o “Outro”, o diferente do que somos. Mas se a mídia possui esse enorme poder de interferir na construção das identidades do sujeito, oferecendo a base sobre a qual as identificações irão se processar ou mesmo produzindo identidades socialmente úteis, conforme Esteves torna-se necessário analisar um dos seus mais competentes veículos: a televisão. (FARIAS, 2007, p.6)

Um exemplo concreto dessa dinâmica pode ser observado na representação das mulheres negras na indústria do entretenimento. Com frequência, elas são relegadas a papéis estereotipados, como empregadas domésticas, prostitutas ou figuras exóticas. Além disso, a mídia muitas vezes ignora as contribuições e realizações das mulheres negras em diversas áreas, como ciência, política, arte e liderança comunitária. Essa invisibilidade reforça as desigualdades estruturais, negando a essas mulheres o devido reconhecimento e impactando sua autoestima e oportunidades.

Outro aspecto importante a ser considerado é a violência racista e de gênero enfrentada pelas mulheres negras. Elas estão mais suscetíveis a experiências de violência física, emocional e sexual, que são influenciadas pela interseção de sua raça e gênero. A falta de representação e o silenciamento dessas questões na mídia podem perpetuar a impunidade e a falta de conscientização em relação a essas violências.

Para justificar a exploração masculina branca e o estupro das negras durante a escravidão, a cultura branca teve que produzir uma iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo, a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado. (HOOKS, 1995, p. 469).

É fundamental destacar que a resistência das mulheres negras contra o racismo é uma parte intrínseca de suas lutas. A relação entre mulheres e racismo, quando analisada através de uma perspectiva interseccional, revela as desigualdades e desafios específicos enfrentados pelas mulheres negras. A mídia desempenha um papel significativo na perpetuação dessas desigualdades, por meio de estereótipos e representações limitadas.

PROCESSO DE PRODUÇÃO JORNALÍSTICA

Ao iniciar minha pesquisa sobre a percepção da mulher negra como objeto de estudo, estabeleci uma conexão profunda e empática com as mulheres que generosamente contribuíram para embasar este trabalho. Durante nossas conversas, estabelecemos uma relação de amizade e compartilhamos nossas histórias, o que me permitiu perceber que estávamos dentro do mesmo contexto social e éramos todas vítimas de violências similares, independentemente dos recursos que tínhamos à disposição.

Ao explorar as complexidades que envolvem a experiência da mulher negra na comunicação alagoana, me deparei com uma profunda indignação e tristeza diante da marginalização naturalizada que afeta nossa raça e gênero. No entanto, foi por meio da solidariedade pelas mulheres que foram deixadas para trás que me encontrei. Essa experiência é alimentada pela noção de coletividade que ressurge ao dialogar com mulheres negras, em uma troca enriquecedora de experiências e vivências que nos aproxima, reconhecendo nossos pontos de vista e experiências únicas.

No entanto, a disputa injusta coloca o povo negro em lugares de rejeição. “O poder é, se alguma coisa, relacional. Se alguém está experimentando o lado inferior de um sistema injusto, outros, então, estão experimentando sua vantagem” (BENJAMIN, 2019, pos. 1208). Por falta de reconhecimento e oportunidade a população preta precisa se moldar a sistemas que por muitas vezes não nos deixam manifestar nossas raízes e cultura. Por essa razão, podemos afirmar que ocupamos grupos sociais distintos que nos fazem vivenciar situações veladas de racismo.

Durante o processo de pesquisa me apropriei do termo ‘Dandariei’, por pertencer ao grupo pesquisado. Ao escolher esse objeto de estudo, precisei atravessar várias questões, que permearam a minha vida social, psicológica, epistemológica e hegemônica. Ao ingressar no curso de Comunicação Social-Jornalismo, estive alheia ao discurso das possibilidades de conquistas para o povo negro, mesmo com o padrão elitista da graduação e da profissão. No entanto, ao produzir esse material científico, tive a certeza que as mulheres negras em conjunto podem ser mais fortes e diria inclusive que mais inteligentes, criativas e sagazes. Retirando o discurso da minha voz e ouvindo da boca de outras mulheres pude enraizar a subjetividade que circunda o povo preto e que por muito tempo foi responsável por silenciar nossas vozes e nos colocar em diáspora. Sem

identidade construída, passamos boa parte do século nos moldando a produção eurocêntrica que anula o sujeito e que de forma a-cultural desloca o povo preto de sua real identidade.

O recorte etnográfico desta pesquisa foi desenvolvido através de entrevistas direcionadas a mulheres negras, onde foram explorados aspectos como trajetórias, vivências, infâncias, interlocuções de entender-se negra, desafios, opressões, racismo. E passando por diversos momentos de construção e reconstrução, este trabalho se fez da busca contínua por mulheres que estivessem dispostas a contar sobre suas vidas como comunicadoras em Alagoas. A princípio, devo ressaltar que essas mulheres não faziam parte da minha rede de convívio e que muitas das que faziam não se sentiram à vontade para participar da pesquisa.

Porém, nesta etnografia, não posso me ausentar do meu lugar de fala, já que durante um longo período tive a certeza que o curso de comunicação não era para mim, que eu não me encaixava nos padrões. Nunca fui rica, muito menos branca, sempre me vi muito introspectiva, não cabia em nenhum dos espaços propostos pela comunicação de Alagoas. Em 2021, na reta final da minha graduação, ainda sem entender porque as coisas eram tão difíceis e tendo que explicar a Pró-Reitoria Estudantil, que eu era pobre e a Bolsa Permanência que eles me deram não me tornava rica, mas mesmo assim insistiram em cortá-la. Foram muitos dias tentando descobrir se valeria a pena, escrever e produzir esse material, quando me faltavam o tempo e os recursos, mas então me apeguei a memória do meu pai e ela foi essencial para que eu chegasse até aqui, por isso, vou contextualizá-la.

Meu pai, era um homem negro, alto, que sempre que podia me lembrava de estudar e conversava horas comigo sobre como a vida era injusta, quando a gente é preto e pobre. Meu pai me abriu os olhos em um tempo em que eu só queria brincar e sonhar com um futuro onde eu pudesse ser o que eu quisesse, mas ele sabia que o sistema não funciona assim.

Quando eu tinha 12 anos, meu pai foi assassinado por um motorista embriagado na madrugada do dia 1º de maio de 2008, lembro perfeitamente do momento em que morri pela primeira vez, quando o pai da gente morre a mãe da gente morre também e lá se foram, sequências de perdas. A primeira perda eu senti com a ida dele e fui atormentada pela culpa de quem teve uma visão da morte do pai, o alertou, mas não foi ouvida. A outra perda foi a da minha mãe, uma mulher negra, professora da Educação Infantil que estava começando a se estabelecer na vida, mas que não soube lidar com ela depois que o seu

amor partiu. Submersa até o pescoço sentia que os dias não passavam, que as coisas não iam melhorar e não melhoraram, minha avó Berenice, mãe do meu pai Antônio, morreu no ano seguinte a sua morte de tristeza por perder o filho caçula. E eu amava tanto a minha vó. Queria tanto que a ida deles não tivesse afetado diretamente que eu sou e foi muito difícil continuar a partir dali.

De certa forma eu acreditava que estava vivendo para ser o que meu pai queria que eu fosse, inteligente, destemida, corajosa, seria menos complicado se eu não fosse preta, mas ele havia me preparado para toda dor que a cor da minha pele me causaria. A verdade é que dentro do meu quarto eu imaginava que em certo momento eu estaria livre do sofrimento e poderia voltar a viver como aquela criança que eu era, mas isso não foi possível, no entanto, eu tinha meu avô Ezequias, com quem eu passava horas por dia conversando e inventando histórias que ele fingia que acreditava, enquanto ele estava aqui, eu sabia que estaria tudo bem, mas em 2015, em uma manhã de agosto, meu avô não acordou, lembro de entrar no quarto e vê-lo deitado na cama com o corpo frio, ele havia partido- ele era o meu melhor amigo – a saudade ainda dói.

Foi nesse mesmo ano que decidi cursar jornalismo e eu não sabia se era uma boa escolha, afinal há sempre uma expertise por trás das escolhas vestibulandas. A parte mais difícil foi perceber que não tinha nenhuma pessoa negra na turma, além de mim, a segunda foi fazer o curso sem nenhum amigo (exclusão). Em 2017, passei por uma fase muito difícil, as crises de ansiedade e a falta de empatia da turma (isolamento), quase me fizeram desistir do curso, mas eu não podia desistir. Do meu primeiro estágio, até agora não tive a oportunidade de trabalhar ou aprender com quase nenhuma jornalista preta, elas não ocupavam esses espaços e quando eu vi Ariane Félix pedindo por uma vaga de estágio em uma redação que eu estagiava em 2018 e lembro das pessoas rindo dela, entendo porque ela decidiu partir. A morte da Ariane foi um dos momentos mais intensos da graduação, mesmo sem ter tido tantas disciplinas pagas com ela. Nós estávamos atuando juntas no intercomunica, seu esforço e dedicação não foram suficientes para evitar sua partida.

Em 2019, comecei a me apaixonar pela comunicação, mas a ausência de mulheres negras na área sempre me incomodou e foi a partir dessa ausência, que pude explorar outros espaços e acessar outras mulheres e não tinha como eu fazer o TCC com outro tema, que não fosse sobre as mulheres negras na comunicação, no entanto, a falta de tempo e as relações de sobrevivências que são pautadas as mulheres negras, se estendeu a ponto de ser possível observar uma certa instabilidade na comunicação com essas

mulheres e isso me incomodou bastante, tendo em vista que os prazos não aguardam novos prazos.

Em 2020, comecei a pautar esse conteúdo e tentar de diversas maneiras trazer para este material, ao menos, dez mulheres, mas não foi possível, devido a pandemia e ausência de professor de uma disciplina obrigatória, tive que parar com a produção do material. Após regularizar essa etapa, entrei em contato com a professora Magnólia e ela aceitou me orientar na produção desse trabalho.

No entanto, após perder minha Bolsa Permanência, precisei trabalhar mais e eram os estágios que me sustentavam. Dois, três ao mesmo tempo, não havia como sobreviver se não fosse dessa forma. Por muitas vezes me culpei, mas eu estava dando o máximo que eu podia para enfrentar aquela situação. Sem poder mais esperar, entrei em contato com a coordenação do curso e consegui prorrogar mais uma vez e cá estou eu, fazendo o máximo outra vez.

Retornei a este trabalho, em fevereiro de 2023, entrei em contato com as mulheres que fariam parte desse recorte social, mas, por mais uma vez, enfrentei o mesmo desafio: a falta de tempo e os desencontros. Então usei algumas estratégias e a melhor delas foi a entrevista por ligação, à moda antiga. Para isso, elaborei, oito perguntas sobre “A mulher negra na comunicação alagoana” e procurei por mulheres que morassem em Maceió, e que estivessem atuando ou não na área da comunicação. Até setembro de 2023, prazo máximo para entrega deste trabalho, apenas três mulheres haviam me respondido. Antes disso, entrei em contato, via WhatsApp ou e-mail

E a partir desse contato inicial, consegui marcar as entrevistas. Houve também mulheres que manifestaram interesse em participar e que posteriormente declinaram da decisão. Ao final, agendei 6 entrevistas e 3 foram realizadas. As mulheres estão na faixa etária entre 27 e 70 anos, todas com ensino superior completo, negras claras e retintas. Nesse sentido, o objetivo de obter um grupo minimamente heterogêneo foi alcançado.

As entrevistas duraram em média uma hora e trinta minutos. A primeira delas foi realizada com a jornalista Charlene Araújo e foi a única presencial. Ela aconteceu no Palácio da República, no Centro de Maceió. A segunda entrevista foi com Gêssika Costa e ocorreu pelo Google Meet e infelizmente devido a uma falha na gravação do arquivo, nossa entrevista precisou ser refeita. Já a última entrevista foi com Valdice Gomes, e aconteceu através de ligação por meio do aplicativo WhatsApp.

Para aprimorar este trabalho seguimos com a análise e as reflexões sobre o aquilombamento da mulher negra na comunicação alagoana e junto às interlocutoras,

estendemos o campo de pesquisa e adentramos em um espaço que permitiu uma escrita intuitiva e voltada para a ancestralidade, que conseguiu descrever o ativismo negro na comunicação alagoana, através da possibilidade de criar uma comunicação antirracista. E como forma de amplificar esse discurso, buscamos trazer elementos que dialogassem com a criatividade e com o fluxo do ativismo da mulher negra em Alagoas.

O título da reportagem surgiu após um recorte da fala da jornalista Géssika Costa, que pontuou a importância do aquilombamento da mulher negra na comunicação, visto que todo o trabalho se baseava em suas vidas e trajetórias. A reportagem que seria um ebook de perfis foi alterada e alojada no site Wix como uma grande reportagem que permite a inclusão de vídeos, áudios, fotos, entre outros recursos que facilitam o acesso e a leitura.

Esta grande reportagem está dividida em três matérias, que juntas conseguem transmitir as problemáticas sociais em torno da população negra. Ela foi estruturada da seguinte forma:

- **Conceito:** Dandariei: o aquilombamento da mulher negra na comunicação alagoana, onde apresento as entrevistas e trago suas histórias, vivências e desejos.
- **Dandara, a princesa ancestral:** versa um pouco sobre a história de Dandara dos Palmares, responsável pela base deste trabalho. Ainda nessa parte, a imprensa negra brasileira surge em alusão aos 190 anos de existência
- **A falsa liberdade da independência:** aborda as problemáticas sociais deixadas pelo racismo como: violência, falta de acesso à educação e a ausência de representatividade na mídia brasileira.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A reportagem intitulada "Dandariei: o aquilombamento da Mulher Negra na Mídia Alagoana" apresenta uma abordagem significativa sobre a importância de Dandara na libertação do povo negro e como sua figura serve de base para compreender a relação entre a mulher negra e a mídia em Alagoas. Além disso, são trazidas reflexões profundas sobre a interseccionalidade de gênero, raça e classe.

Ao dialogar com jornalistas negras alagoanas, a reportagem aponta os impasses vividos por essas profissionais no estado e os resultados positivos que surgem a partir desse diálogo. A relação entre sociedade, raça e meios de comunicação desperta uma série de sentimentos, curiosidades e um pensamento crítico entre alguns atores sociais, ao verificar que esses meios de comunicação ainda são propagadores de preconceitos de gênero e racial.

Por outro lado, mesmo com tentativas de dar um novo direcionamento a essas questões em algumas peças midiáticas, ainda há um progresso lento, o que evidencia a necessidade de estudos relevantes para o campo da comunicação. O racismo está presente e demonstra sua plasticidade em diversos âmbitos, desde ações individuais até a manifestação na estrutura política e econômica, como bem analisado por Sílvia Almeida (2018).

Ao considerar essa perspectiva, é importante destacar, Lélia González, que enfatiza a indissociabilidade de raça, gênero e classe para a compreensão dos fenômenos sociais que afetam os diferentes grupos populacionais, influenciando diretamente suas condições de vida.

Além disso, é importante compreender o legado histórico da escravidão e suas consequências para a população negra no Brasil. No entanto, após a abolição da escravidão, não houve um investimento adequado na educação dos recém-libertos, resultando em exclusão e desvantagem para a maioria da população negra devido ao racismo estrutural presente na sociedade.

Somente por meio de investimentos governamentais em programas de assistência e educação é que os negros começaram a ter um início de paridade com a população branca. No entanto, mesmo após 135 anos do fim da escravidão, sua influência ainda se faz presente na vida da população negra, o que torna incorreta a afirmação de que todos possuem oportunidades iguais. Ações afirmativas, como as cotas, são necessárias para

promover a equidade, mas ainda há um longo caminho a percorrer para garantir que todos os estudantes negros tenham oportunidades igualitárias de acesso à educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas informações apresentadas, fica evidente que a imprensa desempenha um papel crucial na educação e na construção da consciência crítica em relação às representações negativas e estereótipos da negritude no contexto brasileiro. A mídia tem o poder de influenciar a construção da identidade da mulher negra, perpetuando imagens de subalternidade e naturalização de desigualdades raciais e sociais.

No entanto, é necessário olhar de forma crítica para a atuação da imprensa nesse sentido. A mídia brasileira, em grande parte, reproduz e reforça padrões eurocêntricos de beleza e comportamento, alimentando um sistema de opressão e desvalorização da negritude. A representação da mulher negra na mídia frequentemente se limita a papéis estereotipados e subalternos, reforçando a ideia de inferioridade e contribuindo para a manutenção das desigualdades raciais e de gênero.

Além disso, é preciso questionar a suposta neutralidade da imprensa e reconhecer sua responsabilidade na perpetuação do racismo estrutural. A seleção de pautas, a forma como os fatos são apresentados, a escolha das fontes e especialistas são aspectos que influenciam profundamente a maneira como o público enxerga questões raciais. A falta de diversidade nas redações e a ausência de vozes negras na produção de conteúdo também contribuem para a reprodução de narrativas enviesadas e discriminatórias.

O debate sobre o papel social da mulher negra, muitas vezes reduzida a estereótipos nas telenovelas e outros programas de entretenimento, reflete a persistência do preconceito racial e de gênero enraizado na sociedade brasileira. A representatividade adequada é essencial, especialmente considerando que mais da metade da população brasileira se declara negra ou parda.

Nesse sentido, é fundamental adotar um olhar crítico em relação à mídia e à sua influência na construção da identidade da mulher negra. É preciso questionar a falta de representatividade, a objetificação e a marginalização presentes nas produções midiáticas. Também é necessário exigir uma maior diversidade nas redações e a ampliação das vozes negras nos espaços de produção de conteúdo, a fim de romper com os estereótipos e promover uma mídia mais inclusiva, respeitosa e representativa.

REFERÊNCIAS

- ABREU, José A. C. Dias de. **Os abolicionistas na prosa brasileira: de Maria Firmina dos Reis a Machado de Assis**. Tese 472f. (Doutorado em Letras) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Produção Editorial LTDA, 2019.
- AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento, 144p, 2018.
- ALAKIJA, Ana. **Mídia e Identidade Negra**. In: Mídia e Racismo. Orgs. Roberto Carlos da Silva Borges e Rosane Borges. Petrópolis. P. 108- 154. 2012.
- ALMEIDA, S.L. **O que é Racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BENJAMIN, Ruha. **Race after technology: Abolitionist tools for the new jim code**. Social Forces, 2019.
- BLOCH, MARC. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BRASIL**. Estatuto da igualdade racial.** – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010. p.33
- BRITO, Débora. **Especialistas destacam protagonismo negro pelo fim da escravidão**. Agência Brasil, 2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-05/especialistas-destacam-protagonismo-negro-pelo-fim-da-escravidao>. Acesso em: 08.mar.2021.
- CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. Estudos avançados, v. 17, n. 49, p. 117-133,
- CARVALHO, Gilmar Luiz de**. A imprensa negra paulista entre 1915 e 1937: características, mudanças e permanências**. 210f. Dissertação (Mestrado em História) – FFLCH – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- CARVALHO, José Jorge. **O Sistema de Cotas e a Luta pela Justiça Racial no Brasil**. In: Correio Braziliense, 15 de novembro de 1999, p. 16.
- COLLINS, Patricia Hill. **Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro**. Sociedade e Estado, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.
- _____. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Boitempo Editorial, 2019.
- CRENSHAW, K.W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, 2016.

DOMINGUES, Petrônio. **O “messias” negro? Arlindo Veiga dos Santos (1902-1978): “Viva a nova monarquia brasileira; Viva Dom Pedro III!”** Varia história. vol.22 nº.36 Belo Horizonte July/Dec. 2006.

Estudo da Kantar IBOPE Media aborda o poder da influência negra na mídia e publicidade. Katar IBOPE Media, 27/06/2023. Disponível em: <https://kantaribopemedia.com/conteudo/estudo-da-kantar-ibope-media-explora-o-poder-da-influencia-negra-na-midia-e-publicidade/>. Acesso: 01.jul.2023

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. Vol 1. Ensaio de interpretação sociológica. Porto Alegre: Editora Globo, 2008.

FERNANDES, Florestan**. **O Negro no Mundo dos Brancos****. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972, p. 42.

FERRARA, M. (1983). **A imprensa negra paulista (1915-1963)**. África, (6), 167-168.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Trad. L. F. B. Neves. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.

FOWLER, R **Language in the news; discourse and ideology in the Press**. Londres: Routledge, 1991. FREYRE, G. **Casa-grande e senzala**. São Paulo: Círculo do Livro, 1990.

FREYRE, Gilberto (1977). **Vida social no Brasil nos meados do século XIX**. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova; Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.

GASPAR, Lúcia. **Mucamas**. In: **PESQUISA Escolar**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, (2013). Disponível em: <https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/mucamas/> . Acesso em: 06 de mai.2023

GOMES, Flávio. **Negros e política: (1888-1937)** Editora ZAHAR, Rio de Janeiro, 2005.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. Autêntica Editora, 2006. 132

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs,1984. Disponível em: <https://tinyurl.com/y4okpdz8>. Acesso em: 25.jun.2022

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação. v. 16, n. 47, maio-ago. 2011. Disponível em: <https://tinyurl.com/y465hbdo>. Acesso em: 10.jun.2022

HOOKE, Bell. **Intelectuais negras**. Estudos Feministas, n. 2, p. 464-478, 1995

HOOKE, Bell. **O amor como a prática da liberdade (Love as the practice of freedom)**. Trad. para uso didático de Wanderson Flor do Nascimento, do original: Outlaw Culture. Resisting Representations. Nova Iorque: Routledge, 2006, p. 243–250. Disponível em

HOOKS, Bell. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desigualdade racial na educação brasileira: um Guia completo para entender e combater essa realidade.** Instituto Unibanco, 2023.

KILOMBA, G. (2019). **Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano.** Cobogó.

LAPUENTE, Rafael Saraiva**. O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos** (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul).

LIMA, Alex Benjamim de. **Em tintas negras: narrativas da história nas páginas de A Voz da Raça (1933 – 1937)** Dissertação de Mestrado – UNESP.

LIMA, Marina. **Em 25 anos, 55 mil pessoas foram resgatadas do trabalho escravo no Brasil**, OBSERVATÓRIO DO 3º SETOR, 25/02/2021.

MARTINS, Gabriela Pereira. **Entre a espada e a coroa: abolicionistas em confrontos políticos no imediato pós-abolição (1888-1889).** Tese 212 f. (Doutorado em Sociologia) – FFLCH – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

MEC. Ministério da Educação. [Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas.](https://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/acoes_afirm_combate_racismo_americas.pdf) Brasília, 2007. Disponível em: https://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/acoes_afirm_combate_racismo_americas.pdf. Acesso: 20. mai.2023

MELLO, Alessandra. **Frente Negra Brasileira tem ideais sufocados.** 2013.

MONTEIRO, Patrícia F. C. **Discussão acerca da eficácia da Lei Áurea.** Meritum – Belo Horizonte – v. 7 – n. 1 – p. 355-387 – jan./jun. 2012.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro.** São Paulo: Perspectiva, 2016.

OLIVEIRA, A. P. O., O. , Mattos, A. R. (2019). **Identidades em transição: Narrativas de mulheres negras sobre cabelos, técnicas de embranquecimento e racismo.** Estudos & Pesquisas em Psicologia, 19(2), 445-463.

OTSUKA, Alexandre Ferro**. Antonio Bento: discurso e prática abolicionista em São Paulo da década de 1880**. Dissertação 234f. (Mestrado em História) – FFLCH – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PETRÔNIO, Domingues. **Um “templo de luz”: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação.** Rev. Brasil. Educ. [online]. 2008, vol.13, n.39, pp.517-534. ISSN 1413-2478.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX (1883-1899).** Dissertação 197f. (Mestrado em História) – UnB – Brasília, 2006.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RIBEIRO, Bruna. **Quais são as consequências do racismo no Brasil?**. Criança Livre de Trabalho Infantil. 21/11/2017.

RIBEIRO, D. (2017). **O que é lugar de fala? Letramento.**

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala? Letramento:** Belo Horizonte, 2017.

RIBEIRO, Renato Janine. **A universidade e a vida atual.** Editora Campus, 2003.

RONDON, Vitória. **Racismo: entenda quais são os tipos e as consequências;** especialistas explicam como a crença de superioridade afeta o convívio social e a saúde mental das vítimas. Terra Notícias, 31/05/2023.

ROCHA, Tom. **JORNALISTAS NO BRASIL | Um retrato nacional da profissão em 2021.** Destrutor Blog.

Estudo da Kantar IBOPE Media aborda o poder da influência negra na mídia e publicidade. Katar IBOPE Media, 27/06/2023.

SAKAMOTO, Leonardo. **Por que a Lei Áurea não representou a abolição definitiva?** Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/por-que-a-lei-aurea-nao-representou-a-abolicao-definitiva/>> Acesso em: 08.mar.2021

SANTANA, K.S.O. et. al. Analysis of the socio-environmental vulnerability of black and Caucasian pregnant women in Salvador, Bahia, Brazil to the occurrence of microcephaly associated with the congenital syndrome of zika virus. **Geospatial Health**, v. 15, n. 1, 2020.

SANTOS, Yasmim. **LETRA PRETA: Os negros na imprensa brasileira.** Piauí Folha. Edição 157, Outubro 2019. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/letra-preta/> Acesso: 20 mai. 2023

SCHWARCZ, L. e STARLING, H. M. **Brasil: uma biografia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993, 287p.

_____. **Sobre o autoritarismo no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Eliana B. Tecendo o fio, aparando as arestas: o movimento de mulheres negras e a construção do pensamento feminista. In: **I Simpósio Internacional O Desafio da diferença: articulando gênero, raça e classe**, 2000, Salvador. Não paginado. Disponível em: <<http://www.desafio.ufba.br/gt6-03.html>>. Acesso em: 19 Jun. 2022

SILVA, Tarcízio. **Racismo Algorítmico em Plataformas Digitais: micro agressões e discriminação em código.** Comunidades, algoritmos e ativistas digitais, p. 121, 2019.

SILVA, Guilherme Henrique. G.; POWELL, Arthur B. **Micro Agressões no ensino superior nas vias da educação matemática**. Revista Latinoamericana de Etnomatemática, v. 9, n. 3, p. 44- 76, 2017. Disponível em: <<https://tinyurl.com/yxbxv44u>>. Acesso em:15 Jun. 2020.

SOUZA, Carolina Ramos de. **Napoleão Bonaparte entre russos e luso-brasileiros: o estudo comparado de sua representação em Guerra e Paz e na Gazeta do Rio de Janeiro**. Dissertação 156f. (Mestrado em Letras) – FFLCH – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

TRUTH, Sojourner. **E eu não sou uma mulher?** Convenção dos Direitos da Mulher, Ohio, 2014.

ZICMAN Renée Barata. **História através da Imprensa – algumas considerações metodológicas** (Departamento de Teologia da PUC-SP).

DANDARIEI: O AQUILOMBAMENTO DA MULHER NEGRA NA MÍDIA ALAGOANA

“eu diria

para elas

se aq u i l o m b a r e m”,

COSTA, Géssika, 2023.



Géssika Costa é uma mulher negra, periférica, de cabelos encaracolados, sorriso fácil e que tem sua história marcada por muita luta e coragem de arriscar. Atualmente, a jornalista alagoana atua como coordenadora de projetos da Associação de Jornalismo Digital (Ajour) e desempenha um papel fundamental no desenvolvimento institucional e na criação de programas

sociais.

Antes mesmo de se apaixonar e entregar-se ao jornalismo como profissional, Géssika foi uma criança curiosa, conhecida por sua capacidade de aprender, se comunicar e desenvolver abordagens sobre as perspectivas políticas. Isto ficou mais evidente, durante uma gincana da sua escola, em 2009, quando Géssika tinha apenas 14 anos. “Estava acontecendo uma gincana na escola e tinha uma prova sobre atualidades e eu consegui responder todas perguntas e ainda trouxe mais alguns detalhes para a competição que trazia como tema principal, a política e as eleições nos Estados Unidos, onde Barack Obama x John McCain estavam no pleito. E foi ali que veio a confirmação de que eu queria ser jornalista.”, compartilhou.

Os impasses em sua carreira começaram, ainda em sua turma de formação, como já era de se esperar, sua turma era composta por 43 alunos, onde apenas três eram negros, destes apenas ela se formou.



Formatura em jornalismo no Cesmac, em 2015 Fonte: Arquivo Pessoal

“Eu vivi essa experiência e posso afirmar que na faculdade, pelo menos na minha turma, eu vi que não havia representatividade. Como poderia ter? A turma que começou com 43 alunos só tinha três negros.”

A ausência de negros na mídia alagoana perpetua uma prática comum do Brasil, onde as pessoas pretas são invisibilidades. De acordo com Gêssika, os conflitos se tornaram ainda maiores, quando a então, estudante de jornalismo, começou a adquirir experiências na área. “Quando comecei a estagiar, em uma redação, eu lembro que sempre que eu passava para ir ao banheiro, um jornalista fotográfico falava ‘moreninha’, ‘lá vem ela’ me



assediava mesmo. Nessa mesma redação tinha uma chefe que era educada demais na forma de destratar, na assessoria de uma secretaria do município também.”

Apesar de existirem Leis que inibem o racismo, elas não coíbem os ataques racistas, sendo assim, Géssika lembrou um fato que aconteceu recentemente: “Eu trabalhava em uma agência de

comunicação de São Paulo e tinha umas das chefes, que sempre destratava a equipe de Alagoas, falava do nosso sotaque e da forma como a gente escrevia, dizia que estava errado por não se encaixar nos padrões dela. E também trazia pautas com um cunho racista, pedindo para que eu como pessoa negra trouxesse uma visão da comunidade, mas não falava isso em um tom que fosse relevante a diversidade, mas pejorativo de algum modo”.

Em relação ao setor da comunicação em Alagoas, Géssika enfatizou que: “Está em decadência precário e que desvaloriza o profissional, ainda mais se ele for negro.”

“A situação da comunicação em Alagoas sofre com falta de valorização dos profissionais e ausência de um senso de união e consciência de classe. Além disso, as empresas enfrentam uma administração inadequada, casos de assédio e profissionais sofrendo com esgotamento, resultando em um setor em decadência no estado. Embora seja evidente essa decadência e a baixa remuneração dos profissionais, é importante observar a efervescência da mídia independente, representada por iniciativas como a Agência Tatu, Eufêmea e o site Olhos Jornalismo. Muitos jornalistas optaram por deixar a mídia tradicional e abrir suas próprias empresas e agências. No entanto, ao lado dessa decadência, persistem os péssimos salários, com apenas alguns poucos jornalistas recebendo o piso salarial mínimo. As opções de carreira são limitadas, com poucas

alternativas além de migrar para a assessoria ou agências de comunicação, onde frequentemente enfrentam exploração."

Outro ponto importante, trazido pela jornalista, é a falta de diversidade nas redações ela demonstrou bastante preocupação com a ausência de repórteres negros em grandes veículos de comunicação. Para ela, não é suficiente ter apenas um ou dois profissionais negros em meio a uma equipe numerosa.

"A diversidade deveria ser uma verdadeira prioridade, e não apenas uma cota a ser preenchida. A falta de diversidade nas redações é um reflexo da falta de interesse e comprometimento dos gestores e proprietários dos veículos de comunicação em trabalhar efetivamente em prol da diversidade. Esta ausência não se limita apenas às redações, mas também se estende às assessorias de imprensa, prefeituras e governos. É preciso implementar políticas de contratação inclusivas e vagas afirmativas para mudar essa realidade".

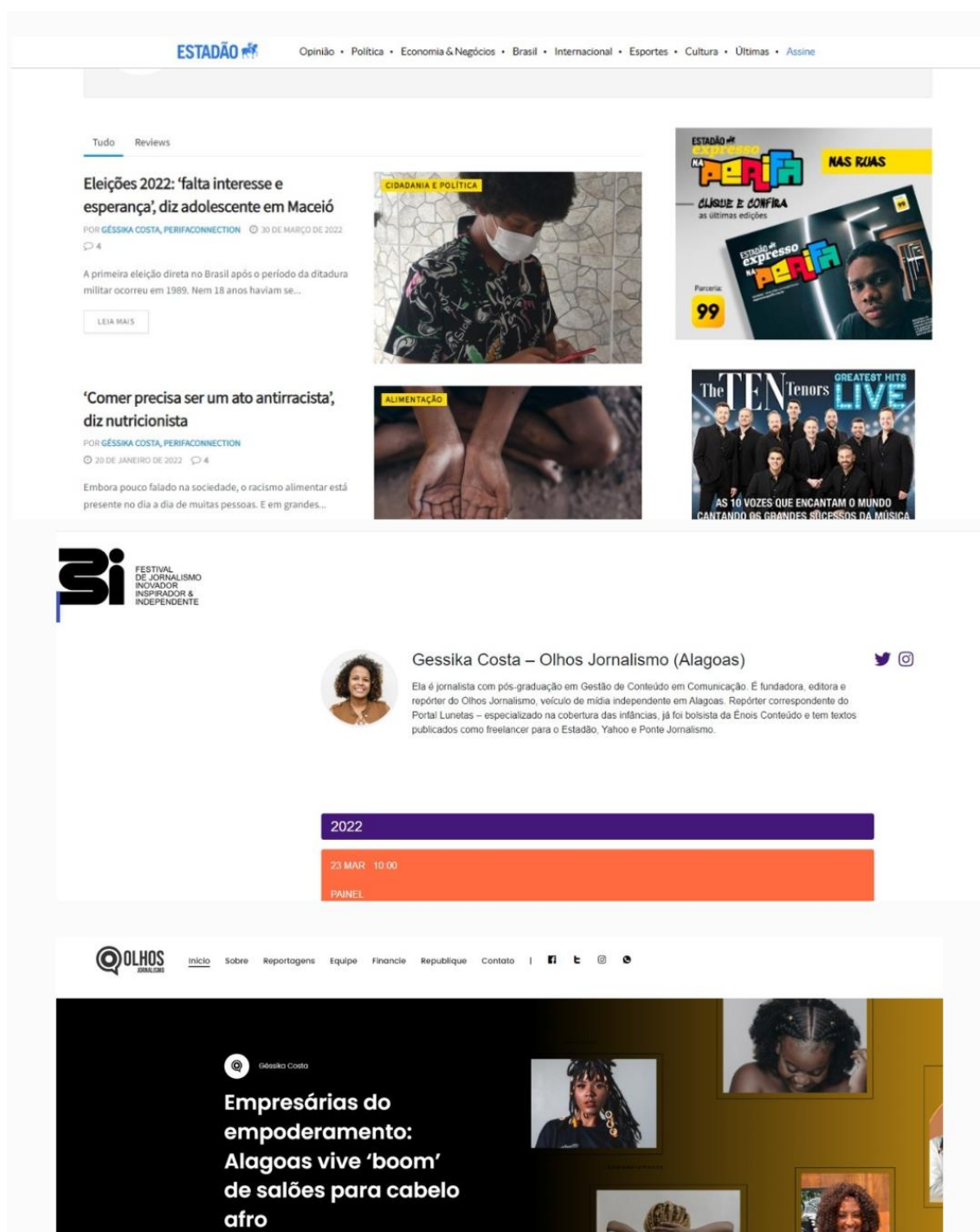
Géssika compartilhou uma experiência que ilustra essa realidade. Ela mencionou ter enviado uma oportunidade de emprego para um site de mídia tradicional em Alagoas, informando sobre um programa que oferecia a contratação de um repórter negro com todos os custos cobertos por um ano. No entanto, a pessoa não demonstrou interesse algum. "Isso evidencia a falta de engajamento com a temática da diversidade, tanto por parte dos profissionais quanto pelos veículos de comunicação".

CONQUISTAS



Fonte: Arquivo pessoal

Apesar dos desafios enfrentados, a jornalista também compartilhou momentos marcantes em sua carreira. Como jornalista freelancer, Géssika teve seus textos publicados em veículos de renome, como Estadão, Portal Terra, Yahoo, Agência Pública e Ponte Jornalismo. Além disso, ela é fundadora e editora do Olhos Jornalismo, um veículo de mídia independente em Alagoas, e foi correspondente do Portal Lunetas, dedicado à cobertura das infâncias no Brasil. Seu trabalho abrange uma variedade de tópicos, mas ela também se dedica a retratar a luta pela igualdade racial e o combate ao preconceito em seus textos.



Páginas de sites da internet com matérias escritas pela jornalista

Fonte: internet

Ao longo de sua trajetória de oito anos de formação, Gessika conquistou 19 prêmios regionais e nacionais nas categorias de webjornalismo, radiojornalismo e comunicação corporativa. Seu talento e dedicação foram reconhecidos, e ela foi considerada uma das repórteres mais premiadas da região Nordeste em 2017 e 2018, segundo o ranking do Jornalistas & Cia.

Ela se recorda com emoção do momento em que assinou sua carteira de trabalho, celebrando a entrada no mercado formal de trabalho. "Assinar minha carteira de trabalho e receber meu primeiro salário foram momentos marcantes em minha carreira. Representam a conquista de entrar no mercado formal de trabalho e o reconhecimento do meu trabalho como jornalista", disse.

Outro momento especial foi sua primeira viagem de avião, quando trabalhava em uma agência de rádio web. "Essa viagem representou a realização de um sonho de conhecer o mundo e teve um significado ainda maior, pois ocorreu quando ele já tinha 23 anos, enquanto muitos colegas já haviam tido experiências internacionais. A viagem marcou a comemoração dos 15 anos da empresa em que ele trabalhava, sendo uma ocasião importante em sua trajetória".



Fonte: Arquivo pessoal

Além disso, Géssika Costa se orgulha de ter sido premiada nacionalmente. "Receber o Prêmio ABP de Psiquiatria foi um reconhecimento importante do meu trabalho e talento como jornalista", afirmou. Ela relembra também de uma viagem a São Paulo, onde concorreu com emissoras de rádio da cidade. Ela reconhece a existência de uma xenofobia relacionada ao seu sotaque, o que tornou a conquista ainda mais significativa.

Géssika também atua como fellow do Dart Center, ligado à Columbia University, o que demonstra seu comprometimento em promover uma abordagem ética e sensível ao jornalismo, especialmente quando se trata de lidar com questões complexas e sensíveis.

Em 2020, Géssika ministrou o curso "Como extrair e analisar dados das redes sociais" durante o 15º Congresso da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), o



maior congresso de jornalismo da América Latina. Sua expertise em análise de dados e sua contribuição para a formação de outros jornalistas são exemplos claros de como ela busca compartilhar seu conhecimento e experiência com a comunidade jornalística.

Ao fim da entrevista, Géssika trouxe um dos principais movimentos de sua carreira como

jornalista, é o aquilombamento, um termo que ela usa para expressar a união e a resistência dos profissionais pretos. Essa palavra carrega consigo um significado poderoso, simbolizando a força coletiva e a busca por igualdade no mundo do trabalho.

"Buscar outros profissionais pretos e pretas para se aquilombar, entender a sua potencialidade, entender também que é importante pensar de maneira coletiva".

Géssika ressalta que aquilombar-se é fundamental para enfrentar os desafios presentes na carreira. Ela destaca: "Não desistir, procurar referências, procurar se capacitar, se aquilombar, e entender que às vezes sim, as coisas, que as coisas às vezes não dão certo, tem essa leitura aqui, tem esse fator de raça assim, que é importante para abrir os olhos e não achar que é porque você é ruim, sim, porque existem fatores de raça envolvidos, existe racismo, então é muito importante também entender isso."



Fonte: Arquivo pessoal

As palavras de Gæssika Costa ecoam como um convite à ação coletiva, à resistªncia e à busca por um futuro profissional mais justo.

Outra jornalista tªo importante, quanto Gæssika Costa, na luta antirracista em Alagoas,  Valdice Gomes, que em plena ditadura militar, desenvolveu uma paixªo pelo Sindicato dos Jornalistas, onde atuou como presidente durante os últimos anos de sua carreira. Mesmo diante dos retrocessos de um país que marchava a ré e apresentava assimetrias alarmantes nos números de mulheres negras ocupando cargos reconhecidos na sociedade, Valdice surge para romper com esses padrªes.



Fonte: internet

“Quando iniciei minha carreira em 1979, não existia um curso de jornalismo em Alagoas, nem mesmo na Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Naquela época, uma lei federal permitia que pessoas que já estivessem trabalhando há pelo menos dois anos em uma redação obtivessem o registro profissional, mesmo sem formação acadêmica específica.”, contou.

Naquele período, Valdice estudava psicologia e atuava como revisora de jornais impressos. “Essa era uma prática comum, pois as contratações levavam em consideração critérios específicos, como a falta de profissionais com registro naquela área. A proximidade com a redação despertou meu interesse pela comunicação e, particularmente, pelo jornalismo. A movimentação e dinamismo da redação me encantaram profundamente, mas foi a atuação do Sindicato dos Jornalistas de Alagoas que me cativou ainda mais”.

O racismo é uma chaga viva e pulsante na pele de quem é perseguido e anulado. Durante a entrevista, Valdice Gomes disse o seguinte: “Sabe quando a gente se torna invisível? É naquele momento que a gente sente o racismo.”



E ela continuou falando: "O jornalismo, né, essa forma de ser, do racismo velado que existe no Brasil. Então, não é preciso ter uma lei, não é preciso ter nada escrito num jornal, numa TV, num veículo de comunicação dizendo, aqui não trabalha negro. É claro que

você não vê isso, né? Mas é velado, ou seja, é velado como? "E é dessa forma que o racismo ganha forma e espaço nas redações alagoanas.

Após passar mais de 10 anos atuando como revisora, sem nunca ter tido uma oportunidade de escrever matérias, Valdice Gomes teve sua primeira chance de estar nas ruas como jornalista, quando o advento tecnológico, chamado computador, chegou a Alagoas e vale ressaltar que, esse processo não aconteceu de forma humanizada, mas sim, terrivelmente agressiva. Foi nesse momento que, Valdice começou a escrever e sentiu o preconceito ecoando na voz do editor que nunca acreditou que ela teria capacidade de ser jornalista. "Quando entreguei minha reportagem, ele fez um comentário racista, que não iria passar despercebido, não por mim. Ele me deu um elogio mascarado e de forma questionável disse que eu tinha me saído bem e que continuaria trabalhando lá".

Antes mesmo de se tornar pauteira, na TV Gazeta, Valdice já atuava no Sindicato dos Jornalistas, que não muito distante da ditadura militar que assolava o país, também a perseguia e apesar desse cenário desafiador, Valdice Gomes foi encorajada a seguir com suas convicções sindicalistas



Fonte: Internet

“Eu entrei na direção do sindicato. Era brigando. Era trabalhando e brigando. Cheguei a ser chefe de reportagem na TV Gazeta e então começou o processo de perseguição, quando o filho do Collor assumiu, principalmente, e colocou um editor que me mandou ficar em casa salientando que a minha presença na redação representava uma voz ativa na luta pelos direitos dos jornalistas e que isso não seria interessante para eles.”

No cenário do jornalismo alagoano, é evidente que há a presença de um racismo sutil, mas persistente, que afeta a representatividade de profissionais negros nas redações. “Certa vez questionei a ausência de colegas negros na televisão e ouvi da chefe de redação a alegação de que ninguém se candidatava ou enviava currículos. Isso era uma grande mentira, já que a mídia utilizava um processo seletivo baseado em estereótipos e preferências estéticas. Esse tipo de preconceito é uma forma de racismo à brasileira”, reflete a jornalista, que não foi a única a enfrentar esses obstáculos.

Ser negro no ambiente profissional não garante ganhos, e além de enfrentar os desafios diários para sobreviver, é necessário superar obstáculos em um espaço majoritariamente dominado por pessoas brancas e do gênero masculino.

“As pautas raciais, são muitas vezes desvalorizadas e ainda passam pelas famosas recomendações. É triste a gente ver o mercado de trabalho diminuindo, as redações mais enxutas, a gente aceita essas situações por necessidades e as empresas de comunicação são as que mais desvalorizam os direitos trabalhistas.”

Ao longo de sua trajetória, Valdice enfrentou inúmeras dificuldades, mas sua determinação e engajamento com a causa dos sindicalistas permitiram que ela ampliasse sua voz e se destacasse no meio jornalístico. Sua dedicação e atuação



incansável levaram-na a alcançar a posição de presidente, colocando-a na linha de frente de diversas lutas.

Dentre as batalhas em que Valdice se envolveu, ela destaca a Greve dos Jornalistas, ocorrida no ano de 2019. Nesse momento crucial, quando os profissionais da imprensa reivindicavam melhores condições de trabalho e valorização de suas habilidades, Valdice desempenhou um papel fundamental. No entanto, foi durante essa greve que ela também enfrentou outro desafio significativo: seu primeiro infarto.

“2019 foi a última greve dos jornalistas e fiquei de frente mesmo e a gente teve uma vitória no tribunal e no dia seguinte, eu acordei com a notícia que a Gazeta tinha demitido 15 pessoas que haviam participado da Greve e começamos tudo de novo, porque era uma clara demonstração de retaliação e isso era completamente contra a lei e dois dias depois eu tive um infarto e passei 31 dias internada e tive que diminuir minha participação direta no Sindicato.



Greves dos jornalistas em Maceió, em 2019.

Fonte: reprodução/internet

Outros momentos que pude participar ativamente, é da Luta Antirracista e fico muito feliz de saber que foi na minha gestão, que foi criado a Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial no Sindicato, também estive envolvida na Fenaj, onde criamos a Comissão de Nacional de Jornalistas pela Igualdade Racial (Conajira) e essa era uma luta que ainda não havia no sindicato e passamos a discutir esse assunto. Se a situação era difícil para os jornalistas, imagina para os jornalistas negros? Hoje estamos atuando em nove estados e conseguimos colocar dentro da luta dos jornalistas, a pauta racial”.

Valdice não apenas representa a força e a resiliência das mulheres negras no jornalismo, mas também evidencia o caminho árduo que ainda precisa ser percorrido para garantir igualdade de oportunidades e reconhecimento para todos os profissionais. Mesmo aposentada, Valdice Gomes continua atuando na mídia e trazendo pautas raciais para o



centro do debate. Quando questionada sobre suas aspirações enquanto jornalista aposentada, Valdice saiu da posição de profissional e abraçou a militância.

“Hoje minha luta como jornalista não está no trabalho como

profissional, mas sim na militância, hoje meu desejo é ver uma comunicação antirracista, pautada em diversidade da fonte, e na diversidade dos profissionais nas redações. Hoje eu faço parte, enquanto FENAJ e Conajira de uma articulação pela mídia negra e a nossa luta é para ampliar uma comunicação antirracista junto ao Governo Federal, estamos engajados nessa causa.”



Fonte: internet

Ela conclui sua fala dizendo: “Meu desejo para as futuras jornalistas é que não percam as poucas chances que têm. Estejam preparados, para as academias, para as assessorias de comunicação, se qualifiquem e lembrem-se que como pessoas negras, vocês não devem

escrever sobre as violências de forma racial. sem fazer um recorte e apenas aceitar as respostas, precisam enfrentar e mudar essa triste realidade”.

No cenário atual, o racismo exerce sua influência de maneiras diversas, permeando todos os aspectos da sociedade. Não se limita apenas às ruas que percorremos, mas também encontra espaço no rádio, na televisão e nos jornais. Uma reflexão pertinente é: quantos jornalistas negros bem-sucedidos existem em nosso Estado? As redações, assessorias de imprensa, agências, rádios e sites parecem vazios de representantes negros. Diante disso, é necessário questionar: por que devemos lutar, resistir e, principalmente, se aquilombar?

CHALERNE ARAÚJO A JORNALISTA POR TRÁS DA VOZ QUE EMPOSSOU LULA EM 2023



Fonte: Arquivo pessoal

Charlene Araújo, foi a jornalista alagoana que marcou presença no Palácio das Esplanadas e realizou a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2023. Esse momento tão importante, ficou marcado na vida e na história desta renomada jornalista.



Fonte: internet

Como mulher negra, a jornalista precisou vencer estereótipos e se firmar em um lugar dominado por homens. Charlene que passou anos de sua carreira atuando como jornalista esportiva, contou que sua paixão pela comunicação surgiu ainda durante sua infância,

dentro do Estádio Rei Pelé, onde acompanhava o pai que na época era massagista do Clube Sportivo Alagoano (CSA).

“Foi ele quem abriu as portas do esporte para mim. Meu pai foi massagista do CSA e ele sempre foi ligado a modalidades esportivas, futebol, handebol, enfim, diversas modalidades, e ele sempre me levava para os treinos, para as competições, então a minha realidade desde criança foi acompanhar o meu pai, ele como massagista e eu ali como uma criança encantada com tudo aquilo que eu estava vendo. E quando eu tinha 6 anos de idade, mais ou menos, eu



estava numa das competições em que meu pai estava trabalhando, e vi o Márcio Canuto fazendo uma reportagem lá no ginásio de esportes do CEPA. E eu, uma criança, vendo aquela pessoa ali acompanhada de um cinegrafista fazendo imagens e conversando com as pessoas, fazendo a matéria. Então aquilo me chamou a atenção e eu não conseguia mais prestar atenção no jogo, queria ver o que ele estava fazendo.”

Alguns anos depois, assim como a jornalista Géssika Costa, Charlene estava participando de uma Feira de Ciências na escola e percebeu que a comunicação era a área onde ela queria trabalhar. “Eu fui a repórter. Eu estava entrevistando os candidatos à presidência. A gente fez uma apresentação no colégio sobre isso. Então, ali foi que já dizia na minha cabeça que eu ia ser jornalista, quando eu crescesse. Já tinha visto o Márcio, já admirava, já acompanhava na TV. E no trabalho que eu fiz no colégio, eu já me sentia uma jornalista”.

Na família, Charlene foi a primeira jornalista, na escola se destacava com sua desenvoltura, na Rádio a voz era reconhecida, todos os caminhos levavam a profissional a se tornar quem ela é hoje.

“Tive um professor negro que me incentivava muito na Escola, o nome dele era Carlos Eupídio e ele também era jornalista, ele ensinava português e redação e nos estimulava a escrever e debater e isso me deu poder de argumentar e isso foi muito importante para mim. Quando eu me formei no segundo grau, não passei logo de cara para o curso de jornalismo, fui reprovada no vestibular. Aí, passei um ano trabalhando, então passei e, na sequência, eu fiz o outro vestibular, no ano seguinte, e passei para teatro. Fiz artes cênicas na UFAL, porque a minha estratégia foi pegar um curso de concorrência menor, porque eu queria entrar na universidade, independentemente de qualquer coisa. Aí, fiz artes cênicas, entrei, e no ano seguinte, quando surgiu o edital interno na UFAL para mudança de curso, aí foi quando houve a minha migração para jornalismo e esse foi basicamente esse o meu início, o caminho.”

Na trajetória de quase duas décadas como jornalista, Charlene Araújo, uma profissional madura e resiliente, relembra os episódios marcantes que moldaram sua história. “Como jornalista esportiva, destaco dois momentos marcantes em minha carreira. O primeiro foi acompanhar a ascensão do CSA, aqui em Alagoas, desde a Série D até chegar à Série A do Campeonato Brasileiro. Foi uma história emocionante, poder testemunhar o sofrimento do clube ao ser rebaixado e depois conquistar essa ascensão. Durante a Série C, eu trabalhava no esporte interativo e tive a oportunidade de acompanhar de perto o acesso do CSA para a Série B, inclusive presenciando uma homenagem aos ídolos do passado, onde meu pai, um ex-funcionário, foi homenageado. Foi um momento



emocionante para mim, pois, além de estar cobrindo o evento como repórter, vi meu pai sendo reconhecido e me emocionei junto com ele”, compartilhou.

Ela continuou relembrando momentos importantes da sua carreira como jornalista. “O segundo momento marcante foi quando pude contar a história do meu pai no esporte de Alagoas, durante minha

passagem pelo esporte interativo. Fazer essa matéria e proporcionar essa homenagem a ele foi uma das maiores formas de reconhecimento que pude oferecer. Esses dois momentos, a ascensão do CSA e a homenagem ao meu pai, foram os pontos altos da minha carreira como jornalista esportiva. ”



Fonte: Arquivo pessoal

Já como cerimonialista, Charlene Araújo destacou alguns grandes momentos, como a posse do ex-governador Renan Filho e a do atual presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva.

“Um dos primeiros foi a posse do Renan Filho, tanto a primeira quanto a segunda, em que tive a honra de conduzir a solenidade como mestre de cerimônias. No entanto, o verdadeiro ápice, que supera todas as expectativas, foi a posse do presidente Lula. Recebi



Fonte: Internet

o convite para conduzir a cerimônia festiva, onde ele estava junto ao povo, recebendo a faixa presidencial. Foi uma experiência repleta de emoção, o ponto mais alto de todos.

Aquela solenidade carregava uma enorme expectativa nos bastidores e no dia em si, devido à história anterior do país e à esperança que se depositava no futuro. Foi uma visibilidade

incrível, acredito que até mesmo mundial, pois o mundo inteiro estava atento ao Brasil naquele dia, devido a toda a trajetória que havíamos percorrido e à expectativa do que estava por vir, culminando naquela maravilhosa posse.”

Apesar de todo reconhecimento e do caminho brilhante que construiu, Charlene Araújo foi vítima de preconceito religioso. O triste episódio ocorreu em 2021, ainda durante a pandemia da Covid-19, quando a jornalista praticante do Candomblé, entrou em campo vestida de branco, com Quelê¹⁷ e um turbante na cabeça. O fato chamou tanta atenção que a jornalista se tornou até matéria do UOL.

¹⁷ . É um "colar" usado pelo iniciado na religião. Confeccionado com "miçangas" fio de conta, intercalado com firmas de porcelana, pedras tipo ágata e cristal, terra cota, búzios, laguidibá, até mesmo sementes

COPA DO NORDESTE - 2021



Charlene Araújo durante partida entre CRB e Botafogo-PB no Rei Pelé
Imagem: Aliton Cruz

Por que repórter usou turbante e colar de búzios em transmissão de futebol

Bruno Fernandes e Josué Seixas
Colaboração para o UOL, em Macelê

Fonte: Internet

“Eu sou do candomblé e tem algumas situações específicas da religião. Quando fui iniciada, eu precisava estar trajada como a minha religião me pedia, isso inclui usar turbante, estar toda de branco e usar o Quelê, porque estava passando por um período de renovação e eu via muitos olhares, mas ninguém nunca verbalizou nada, mas eu percebia as atitudes das pessoas com relação a isso, por medo, ignorância, desconhecimento, enfim, saiu até uma matéria no UOL na época, fui ler os comentários e aquilo me machucou muito. ‘Quer aparecer’, ‘Ah se fosse católica, não ia aparecer com um terço pendurado no pescoço’ e aquilo era o preconceito escancarado, porque eu precisava passar por aquele momento, faz parte da minha religião e as pessoas não respeitaram a minha escolha e ao mesmo tempo que muita gente rejeitava, outras me apoiaram, algumas pessoas que também são da minha religião se sentiram acolhidas por mim e disseram que na vez delas haviam passado por isso também, o que gerou uma onda de solidariedade”.

Dentro da área do jornalismo, Charlene destaca que ser uma mulher trabalhando no esporte e no futebol é algo que causa muita estranheza, ainda mais uma mulher negra. “Já passei por muitas situações, mas Graças a Deus, nunca precisei me submeter a nada para chegar onde eu cheguei, porque a gente sabe que é muito difícil alguém admitir as violências que viveu. A gente vive em uma sociedade muito machista, conservadora,



quando comecei a trabalhar no esporte passei por uma situação que reagiria de outra forma se fosse nos dias de hoje.”

Ela relatou que: “um colega me ofereceu uma carona e eu aceitei,

quando estávamos no carro, ele me roubou um beijo e eu fiquei sem reação, sem saber o que fazer, seria a minha palavra contra a dele, então na época eu deixei passar, porque eu não sabia como recorrer, mas hoje oriento a qualquer menina e digo, não fique calada”, compartilhou.

A mais nova e recém-formada, dentre estas jornalistas tão importantes para Alagoas, é **Juliana Amaral, de 27 anos**. Dona de um olhar curioso, muita sagacidade e curiosidade. Juliana teve a sorte de fazer parte de uma turma diversa, composta por pessoas negras, que concluíram o curso de jornalismo juntas.

"Eu acredito que tive até a sorte de pegar uma turma mais diversa em relação à etnia. Se não me engano, eram cerca de quatro negros na minha turma de jornalismo. E

permaneceram até o final. Isso me deu também um certo estímulo, uma certa sensação de pertencimento", destaca Juliana.

Ela ainda relembrou sua preocupação de não se ver representada na universidade, tanto em termos de raça quanto de gênero. Para ela, ver parceiros e colegas negros ocupando o mesmo espaço acadêmico foi altamente



satisfatório e fortaleceu seu senso de pertencimento. "Eu tinha muito esse receio de entrar na universidade e não me ver ali representada, que já é clinicamente falando, que seja a questão do gênero também. Enfim, para mim foi bem satisfatório ter parceiros, né? De colegas de turma sendo negros, ali ocupando o mesmo espaço que eu".



Fonte: Arquivo pessoal

Apesar de ter iniciado a graduação de forma satisfatória, foi fora dos muros do campus, que a jornalista Juliana sentiu na pele o racismo e o preconceito que permeiam sua

profissão. Desde os primeiros dias como estagiária, ela trouxe consigo um fardo extra - a resistência por parte de algumas fontes durante suas entrevistas. "Eu sempre sentia uma resistência por parte de algumas fontes quando eu ia entrevistar. É como se não tivesse uma credibilidade para lidar com essas questões, para ser uma jornalista e questioná-los", desabafa Juliana.



Essa batalha para ser reconhecida e valorizada persistiu ao longo de sua carreira, tanto como repórter quanto como assessora de imprensa. Mesmo após obter sua formação, Juliana sentia uma certa resistência das pessoas em enxergá-la como uma jornalista digna de ser levada a sério.

"Era como se não me comparassem de fato a um jornalista. Ainda hoje, as pessoas têm essa resistência em ver um jornalista vestido de forma mais simples, uma jornalista preta, dentre outros parâmetros".

Juliana ressalta que o telejornalismo, em particular, impõe padrões e formalidades que podem limitar a representação de diferentes profissionais. No entanto, ser um jornalista vai muito além da aparência ou do meio de entrevista. "Você pode ser um jornalista e estar entrevistando por telefone, pode estar entrevistando usando uma camisa básica e uma calça jeans, eles sempre vão estar olhando você como alguém diferente".

No contexto racial, a resistência e os desafios enfrentados por ela são ainda mais potencializados. As pessoas não costumam associar uma mulher negra a uma profissão considerada culta e prestigiada, como o jornalismo. "Ao falar esse nome, a gente já

imagina uma bancada branca, um William Bonner, uma Fátima Bernardes. Você não consegue assimilar isso a jovens negros, jovens da periferia”.



Fonte: Arquivo pessoal

"Em Alagoas, ser jornalista é muito difícil", destaca Juliana, enfatizando que a mídia do Estado é fundamentada na política, o que resulta em portas fechadas para aqueles que não se encaixam nesse viés. Segundo ela, o centro da comunicação em Alagoas é monótono, seguindo uma fórmula específica e exclusiva, onde os passos podem ser previstos devido à falta de diversidade. "Não há espaço para dinamismo, evolução ou uma maior abertura para outros temas. A comunicação está voltada principalmente para a política, seguindo o ciclo das campanhas políticas e das assessorias", ressalta.

Juliana também menciona a decadência do telejornalismo após a grande Greve dos Jornalistas, onde a curadoria dos profissionais não passou por um bom filtro e jovens



inexperientes assumiram cargos de alta demanda. Isso resultou em uma queda significativa na qualidade dos produtos midiáticos, tanto na televisão quanto nos jornais. "Alagoas parece ter estagnado em termos de desenvolvimento da comunicação".

A jornalista observa que alguns veículos tentaram emplacar podcasts e buscar espaços diferentes no

mercado, mas muitas vezes acabam sujeitos a relações de coronelismo, com veículos liderados por políticos fazendo um filtro específico do que é divulgado. Isso compromete a entrega de notícias fiéis à realidade, deixando escapar informações importantes sobre o futuro do estado e da capital. "A comunicação em Alagoas é definitivamente uma bolha, sem saída. No meio, não vemos pessoas pretas liderando bancadas ou ocupando cargos de repórteres. Geralmente, essas pessoas estão sempre nos bastidores, sobrecarregadas com uma carga excessiva de trabalho".

Juliana destaca ainda que muitos profissionais, em empresas com alta demanda, estão à beira do esgotamento, incapazes de cumprir uma jornada de trabalho de cinco horas, como deveria ser. Ela ressalta: "Alguns cargos são até mesmo camuflados dentro de cargos de analistas, para que os jornalistas consigam trabalhar mais tempo e ganhar, dentre outros tipos de encaixes e brechas que são achadas dentro do mercado para desvalorizar esses profissionais".

Trazendo um estudo recente da Universidade Harvard divulgado pelo BBC News revelou que, existem disparidades étnico-raciais significativas no esgotamento profissional, também conhecido como burnout. Os resultados demonstram que uma maior proporção

de indivíduos negros é afetada pelo burnout em comparação com seus colegas brancos, especialmente no início de suas carreiras.

O estudo também aponta uma preocupante estatística divulgada pelo Ministério da Saúde, indicando que jovens negros entre 10 e 29 anos têm 45% mais chances de cometer suicídio do que seus pares brancos na mesma faixa etária. Essa disparidade alarmante ressalta a importância de abordar as questões relacionadas à saúde mental e ao bem-estar dos jovens negros, que enfrentam desafios únicos e enfrentam uma maior vulnerabilidade em relação a problemas de saúde mental.

Essa situação é particularmente propensa para os jornalistas pretos, quilombolas, indígenas e da comunidade LGBT, que enfrentam dificuldades na aceitação e, quando são aceitos, são submetidos a condições de trabalho que não condizem com o que deveria ser garantido. Juliana destaca:

"Profissionais pretos, quilombolas, indígenas ou até mesmo da comunidade LGBT têm mais chances de sofrer com essa falta de aceitação e, quando são aceitos, são colocados em condições de trabalho que não condizem com o que deveria ser, de acordo com o pilar de igualdade que deveria ser cumprido por sindicato".

Ao olharmos ao redor, é evidente a falta de diversidade e inclusão no jornalismo alagoano. Como Juliana aponta, "Não é difícil reconhecer tamanha falta de oportunidade e também a falta de noção dos veículos em procurar fazer programas inclusivos ou outro tipo de incentivo a esses profissionais".

Ao fim da entrevista a jornalista pontuou alguns momentos importantes da sua carreira:

OLIMPÍADAS DO RIO

“O momento mais marcante da minha carreira, com certeza, foi o meu voluntariado nas Olimpíadas do Rio, em 2016, onde eu era apenas uma estudante de jornalismo e me aventurei para participar do time de comunicação do Maracanãzinho, onde fiquei alocada no voleibol, que é o esporte que eu mais amo na minha vida. Afinal, fui ex-atleta de

voleibol e também já tive o meu próprio veículo de comunicação que faz resenhas sobre o esporte. Esse foi o melhor momento e mais marcante da minha carreira".

JOGOS UNIVERSITÁRIOS BRASILEIRO



"Em segundo lugar, eu diria que foi 'o outro voluntariado', dessa vez nos Jogos Universitários Brasileiros. Eu fui voluntária também na época de estudante e lá eu pude contribuir com meus textos, fazendo as resenhas sobre os jogos, né? A rodada de jogos e toda a Confederação universitária internacional que aconteceu em Maceió".



Fonte: Arquivo pessoal

"Outro marco importante na minha carreira, acho que foi 'a minha entrada na Equatorial Energia'. Foi o meu último grande emprego em Maceió. A Equatorial não tinha favorabilidade positiva em meados de 2020. E a partir da minha entrada, junto com a equipe 'Super', a gente traçou ali um plano de meta de contornar todo esse público raivoso dentro da rede social da Equatorial, que era uma empresa que tinha recém-chegado no estado através de uma privatização, que não é fácil, né? A gente sabe que privatização no estado é algo muito difícil pra população aceitar e engolir. Então o grande desafio era fazer uma marca privada, recém-privatizada, ser querida pelo público de alguma forma".

Agora morando em São Paulo, Juliana Amaral, busca alcançar novos objetivos e vivenciar experiências que Alagoas não foi capaz de oferecer.

“Então quando eu percebi que a minha carreira, os meus sonhos eram pequenos pra tudo que ela consegue oferecer hoje. Eu mudei de ideia e nesse tempo embarquei para uma aventura em São Paulo. Então acho que o meu depoimento é a prova viva de que em Alagoas eu não encontrei o que eu queria, eu não encontrei a aceitação que eu queria, não encontrei o abraço que eu queria e procurei isso em outras cidades, numa grande cidade, como São Paulo. Então eu acho que é a personificação de tudo que eu te falei, de tudo que eu falo sobre a mídia alagoana é o que eu estou vivendo hoje”.

VELADO COMO É O RACISMO EM ALAGOAS

Em Alagoas, a representação negativa e estereotipada contribui para uma visão distorcida da realidade dessas mulheres, perpetuando preconceitos e alimentando a marginalização. Além disso, existem inúmeros casos que são subnotificados, silenciados e negligenciados, tornando ainda mais difícil a busca por justiça e reparação. Diante desse panorama, surge um questionamento crucial: quantos silêncios são necessários para que um grito de socorro seja ouvido?

Alagoas é um estado marcado pela resistência de Dandara dos Palmares e continua enfrentando desafios significativos em representatividade e direitos das mulheres negras. Apesar dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostrarem que mais de 55% da população brasileira se autodeclara preta, as mulheres negras, que representam 28% da população total, ocupam uma parcela mínima dos cargos de poder. Na esfera política, apenas 2% das vagas no Congresso, nas Câmaras e no Senado são ocupadas por mulheres negras.

As mulheres negras, além das barreiras políticas, enfrentam uma realidade cruel marcada pela violência. Representam 45% dos homicídios no país, com dados ainda mais alarmantes em Alagoas, onde 72% das mortes de mulheres negras são causadas pela violência, de acordo com pesquisa do Instituto Paz.

No contexto do racismo em Alagoas, a discriminação racial persiste e se fortalece, como evidenciado pelo aumento nos casos de racismo de 1.429 para 6.003 entre 2018 e 2021, segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). A negação do racismo apenas solidifica as barreiras que impedem a superação dessas desigualdades.

A voz da mulher negra na comunicação é poderosa, e é fundamental que ela seja ouvida, respeitada e celebrada.

“Falar da mulher, em termos de aspiração e projeto, rebeldia e constante busca de transformação, falar de tudo o que envolva a condição feminina, não é só uma vontade de ver essa mulher reabilitada nos planos econômico, social e cultural. É mais do que isso. É assumir a postura incômoda de se indignar com o fenômeno histórico em que metade da humanidade se viu milenarmente excluída nas diferentes sociedades no decorrer dos tempos.” (Ribeiro, Carta Capital, 2014).

No âmbito da mídia, as mulheres negras lutam por espaço, e mesmo sendo pioneiras e muitos aspectos, permanecem invisíveis para a sociedade. A comunicação voltada para o aquilombamento da mulher negra busca problematizar as dinâmicas de poder, as representações sociais e os discursos dominantes que permeiam a mídia e os espaços comunicacionais. Através disso, surge a oportunidade de transformação, permitindo que suas vozes sejam ouvidas e suas narrativas sejam valorizadas.

PARTE II

DANDARA: A PRINCESA ANCESTRAL QUE GUIOU O POVO PRETO PARA A LIBERDADE



Em um passado sombrio, onde a escravidão privou a liberdade do povo preto, uma figura notável emergiu para desafiar as correntes da opressão e liderar sua comunidade rumo à libertação. Seu nome era Dandara dos Palmares,

uma mulher corajosa que se tornou uma referência na história da resistência contra a escravidão no Brasil colonial. Desde jovem, Dandara demonstrou uma determinação inabalável e uma visão clara de um futuro livre do jugo da escravidão. Como esposa de Zumbi dos Palmares, o lendário líder quilombola, Dandara desempenhou um papel fundamental na organização e resistência do Quilombo dos Palmares. Ela não apenas lutou ao lado de Zumbi, mas também comandou seu próprio exército, liderando homens e mulheres vítimas do sistema escravista. Dandara desafiou as expectativas da sociedade patriarcal, assumindo um papel de liderança que inspirou não apenas as mulheres negras de sua época, mas também as gerações futuras.

Sua força e coragem se tornaram exemplos de resistência.

A memória de Dandara dos Palmares

é um lembrete poderoso de que a luta

pela liberdade e igualdade

é uma jornada contínua.

No entanto, a história da princesa que lutou pela liberdade do povo preto é ofuscada pelo sexismo que assola o Brasil. Dandara morreu após se jogar de um precipício em meados de fevereiro de 1694. Seu legado incentiva a questionar e desafiar as injustiças presentes na sociedade contemporânea, bem como a honrar aqueles que vieram antes de nós, lutando por justiça.

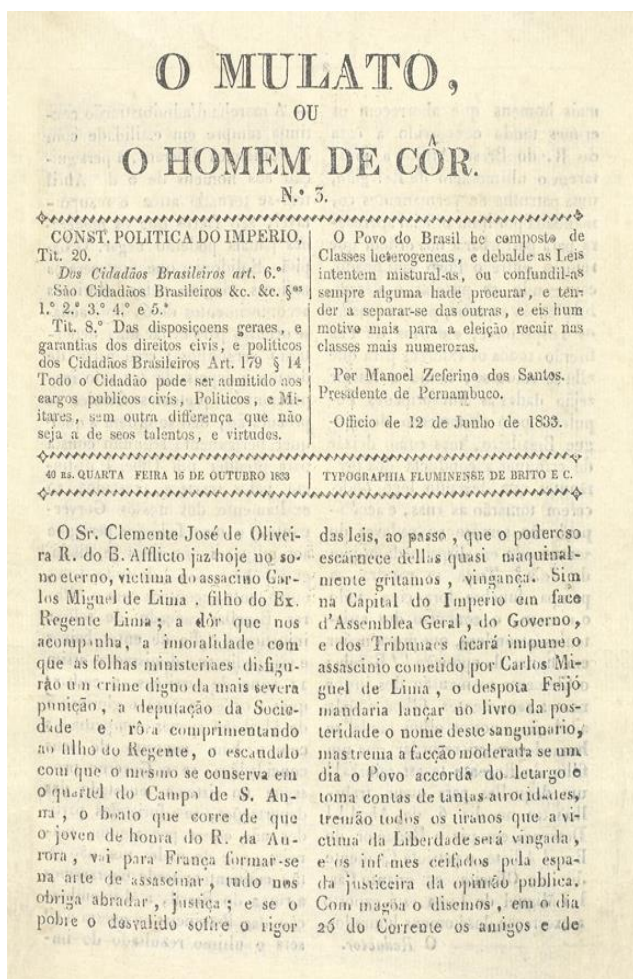
Atualmente, o Brasil enfrenta o desafio de superar as marcas profundas deixadas pela escravidão. O país ainda vive sob as consequências das desigualdades sociais que se originaram desse período sombrio.

A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NEGRA NA LUTA CONTRA A ESCRAVIDÃO

I- Breve panorama da imprensa negra

Ainda no contexto da luta pela abolição da escravidão, a imprensa negra brasileira teve um papel importante na divulgação das demandas e na denúncia das injustiças sofridas pelo povo preto no Brasil. Um exemplo notável é o jornal "O Mulato", também conhecido como "O Homem de Côr", fundado por Luiz Gama, um dos mais proeminentes abolicionistas e advogados negros do país. Publicado em 1864, esse jornal foi uma voz incansável na luta pela liberdade e igualdade racial, expondo as injustiças sofridas pelos negros e promovendo a conscientização entre a população.

O principal objetivo do periódico era reconhecer a cidadania dos afrodescendentes e expor a situação precária dos negros no país. Mesmo que a maioria da população negra fosse



analfabeta na época, a leitura dos artigos

era feita de forma coletiva, através de leitores que compartilhavam as informações com suas comunidades

“Criminoso seria o homem de cor, se na crise mais arriscada, na ocasião em que os agentes do Poder desembainham as espadas dando profundos golpes na Constituição, na Liberdade (...) guardasse mudo silêncio, filho da coação, ou do terror.” O homem de cor. 1864



Ilustração dos jornais na época da abolição no Brasil Ilustrador: Quinho/O Estado de Minas

Embora a escravidão ainda estivesse em vigor naquele período, o jornal não tratava diretamente desse tema. Em vez disso, focava em denunciar a discriminação racial enfrentada pelas pessoas negras livres. Durante aquela época, uma das principais bandeiras foi a luta contra as dificuldades impostas aos negros para obter cargos públicos

civis, políticos e militares. E foi nesse momento que, outros periódicos como Brasileiro Pardo, O Cabrito, O Crioulinho e O Lafuente surgiram, inspirados pelo pioneiro.

Outro periódico importante foi o "A Voz da Raça", fundado em 1901 por André Rebouças, engenheiro e ativista negro. Através de suas páginas, o jornal abordava questões raciais e sociais, defendendo a igualdade de direitos e a valorização da cultura afro-brasileira.



Jornal A Voz da Raça, também presente no acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo e no CEDIC PUC-SP.

Além disso, no decorrer dos últimos 135 anos desde a abolição da escravidão, o Brasil tem vivido uma jornada lenta e desafiadora para superar as marcas deixadas por esse período terrível de sua história.

Em 2023, a imprensa negra brasileira completou 190 anos. E apesar das inúmeras tentativas de silenciamento, os negros conseguiram formular uma voz própria e torná-la pública. Embora esses periódicos não tenham alcançado simultaneamente todo o território nacional, eles são testemunhos do esforço coletivo em controlar os códigos da dominação e subvertê-los.

A imprensa negra brasileira desempenhou e desempenha um papel fundamental na luta contra a discriminação racial, a desigualdade social e a marginalização dos negros na sociedade. Ao apresentar narrativas positivas sobre a cultura e as realizações dos negros, esses jornais quebraram estereótipos e desconstruíram preconceitos arraigados.

“A imprensa negra foi uma conquista histórica que demonstra a força e a resiliência dos negros brasileiros na luta por justiça.” Pinto, AFM. **A imprensa negra do século 19**, 2005.

PARTE III

A FALSA LIBERDADE DA INDEPENDÊNCIA

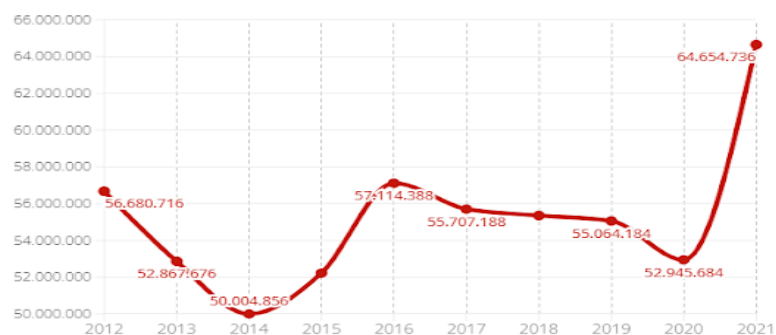
As consequências da escravidão nas estruturas sociais do Brasil

Os sistemas de discriminação e as estruturas sociais que existem no Brasil, são responsáveis pela desigualdade racial e pela fragilidade de políticas públicas para o seu enfrentamento. Segundo o Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, divulgado em 2023 os negros representam mais de 68% da população carcerária do país, o que representa mais de 442 mil pessoas. Em 2005, os negros somavam 58% de todos os presos, 10% a menos. Isso comprova que ainda hoje, o Brasil lida com as consequências profundas da escravidão, refletidas na pobreza que afeta a maior parcela da população e nos índices educacionais discrepantes entre brancos e negros.

Uma das maiores problemáticas sociais do Brasil e também de Alagoas é marcada pela disparidade econômica que afeta principalmente a população preta. De acordo com os dados, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2022, quase 70 milhões de pessoas estão vivendo em situação de extrema pobreza.

Evolução da população em situação de pobreza social no Brasil

Número de pessoas



Fonte: PUCRS Data Social: Laboratório de desigualdades, pobreza e mercado de trabalho

Entre os brancos, a taxa de pobreza social era de 19,4% em 2021, enquanto o percentual entre os pretos, pardos e indígenas chegou a 38,9%. No Nordeste, a taxa de pessoas abaixo da linha da pobreza era de 36,4%. Em Alagoas o índice alcançou a lamentável marca de 56,2%, o que reflete em mais da metade da população e principalmente, mulheres negras e crianças.

Proporção da população vivendo com até R\$ 665,02 por mês.
0% 50%



Fonte: Síntese de indicadores sociais-2022/IBGE

Ainda que a abolição da escravidão tenha libertado formalmente os negros, o país não foi capaz de proporcionar uma transição justa e igualitária para essas pessoas. Como resultado, grande parte da população enfrenta dificuldades socioeconômicas, perpetuando um ciclo de desvantagens.

Conforme o dicionário brasileiro, o termo liberdade significa: “grau de independência legítimo que um cidadão, um povo ou uma nação elege como valor supremo, como ideal; conjunto de direitos reconhecidos ao indivíduo, isoladamente ou em grupo, em face da autoridade política e perante o Estado; poder que tem o cidadão de exercer a sua vontade dentro dos limites que lhe faculta a lei; autonomia, independência, soberania”. Pode-se

afirmar que: A liberdade é um conceito fundamental que envolve a capacidade de agir, pensar e expressar-se sem restrições ou opressões. Ela implica na ausência de escravidão, discriminação e injustiças, permitindo que todos os indivíduos vivam com autonomia e igualdade de oportunidades.

A princesa Isabel não libertou os escravos,

quem guiou o povo preto para a

liberdade foi Dandara dos Palmares

Mesmo após a independência do Brasil, o povo preto continuou aprisionado, sem oportunidades, acesso a saúde, educação, tiveram que negar seus deuses para sobreviver, jogados no mundo, sem endereço, documento, com fome e sede de justiça. Viveram longos anos sem lugar de fala. A abolição da escravatura ocorreu apenas como uma medida estratégica para preservar os interesses econômicos e políticos da época, em vez de ser um passo em direção à igualdade e à justiça social. Essa abordagem pragmática deixou várias marcas de desigualdades e preconceitos arraigado na sociedade brasileira até os dias de hoje.

“As raças escravizadas e assim incluídas na sociedade colonial, mal preparadas e adaptadas, vão formar nela um corpo estranho e incômodo. O processo de sua absorção se prolongará até nossos dias, e está longe de terminado. (..) O que pesou mais na formação brasileira é o baixo nível destas massas escravizadas que constituirão a imensa maioria da população do país. No momento que nos ocupamos, a situação era naturalmente muito mais grave. O tráfico africano se mantinha, ganhava até em volume, despejando ininterruptamente na colônia contingentes maciços de populações semibárbaras.” (PRADO JR., 2011, p. 293).

No entanto, a luta da população negra no Brasil, é uma resposta a essa herança da abolição da escravatura. É uma tentativa de reverter os anos de marginalização e opressão, buscando oportunidades, o reconhecimento da dignidade humana e a inclusão plena dos negros em todos os aspectos da vida social. Essa é a expressão viva do que por aqui chamamos de quilombamento: a nossa vez de fazer revolução. A escravidão ainda atormenta o povo preto.

PARA NÃO ESQUECER: “AS AFIRMATIVAS QUE REVELAM A DIÁSPORA DA POPULAÇÃO NEGRA”

Durante o século 19, os negros no Brasil começaram a se unir de forma organizada por meio de irmandades religiosas e sociedades mutuárias. Essas organizações surgiram com o objetivo de lutar contra as desigualdades sociais, buscar a liberdade dos que ainda eram escravizados e promover a alfabetização da população negra.

O antropólogo, Darcy Ribeiro escreveu: “Depois da abolição da escravatura continuaram atuando sob o povo negro livre, como fatores de sua expansão demográfica, as terríveis condições de penúria a que ficou sujeito. Basta considerar a miserabilidade das populações brasileiras das camadas mais pobres, dificilmente suportadas por qualquer grupo humano, e que afeta ainda mais duramente os negros.” (O povo brasileiro.1995, p. 211)

Ser negro no Brasil é enfrentar uma realidade marcada pela desvantagem e desigualdade. Sendo vistos como dóceis ou bichos violentos, os negros estão sempre amarrados pelos grilhões do preconceito. Essa situação é reflexo direto da herança escravocrata que permeou o país, não apenas segregando o povo negro, mas também impondo uma constante diáspora.



Foto: Adobe Stock | Licenciado

A escravidão do povo que foi sequestrado de sua terra e que precisou se moldar aos costumes europeus, não apenas violou todas as possibilidades de crescimento, mas negligenciou seus direitos e espaços. Além disso, a palavra racismo, que vem de raça, expressa tamanha crueldade. Biologicamente falando, o conceito de raça não existe, este foi criado apenas para justificar a inferioridade de um povo e naturalizar as violências.

Sendo assim, a sociedade conseguiu ter licença para falar o que quiser do outro, pois ela promove o silenciamento do povo negro. Essa mesma sociedade adquiriu o domínio para transformar atos perversos em bondade, um exemplo disso é a Catequização dos negros e por fim a licença para exterminar e ser responsável pelo genocídio da população negra. O racismo é algo cultural no Brasil.

ALGUMAS DIÁSPORAS CAUSADAS PELO RACISMO

Diáspora 1: ausência de identidade

- A falta de uma identidade solidificada levou muitos negros a se submeterem aos padrões eurocêtricos, buscando se encaixar em moldes de sobrevivência pré-estabelecidos pela elite branca brasileira.

Diáspora 2: ausência de instrução e letramento

- Mesmo com a instituição da Lei de 1864, que garantia uma instrução mínima para essa parcela da população, apenas os nascidos livres tinham acesso aos ambientes escolares em busca da educação básica.

Diáspora 3: violências naturalizadas

- A assinatura da Lei Áurea pela princesa Isabel, em 1888, não marcou o fim das violências causadas pela elite branca. Os livros de história podem mascarar essa realidade, mas a verdade é que a abolição da escravatura não trouxe a igualdade tão esperada. O descaso persiste até os dias de hoje, com uma grande parte da população negra ainda enfrentando. Mas a história dos silenciamentos e manipulações de dados contribuiu para naturalizar as violências sofridas pelas pessoas negras.

Diáspora 4: analfabetismo e falta de acesso à educação em comunidades marginalizadas.

Dados do último censo divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelaram que:

- Entre os anos 2012 e 2022, no Nordeste, ocorreu o maior aumento na população de pessoas de cor preta (de 8,7% para 13,4%).
- Ainda conforme o IBGE, a taxa de analfabetismo entre a população negra também é a maior, demonstrando que, 5,3 milhões de adultos não sabem ler e escrever.

“NÃO HÁ VANTAGENS EM SER NEGRO NO BRASIL”

O reflexo da escravidão na educação

O acesso à educação é uma falácia

regida por brancos, que inviabilizam as oportunidades

para a população negra.



A desigualdade educacional existente no Brasil é um reflexo de um sistema estrutural profundamente injusto. É uma manifestação do racismo que permeia todas as esferas da sociedade brasileira. E apesar dos esforços coletivos, com base em dados e relatos que comprovam essa discrepância social, as barreiras para garantir que a população preta não tenha acesso à educação ainda é muito forte.

Em Alagoas a situação conseguiu ser ainda mais absurda, em 2023, o Estado se consolidou com o 2º do país com o maior índice de analfabetos, sendo desbancado pelo Estado do Piauí (14,8%), que pela primeira vez conseguiu ultrapassar Alagoas (14,4%) com uma pequena diferença. Os números são piores do que a média nacional (5,6%) e regional (11,7%). Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua Educação 2022, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No Brasil Colônia, a Educação começou de forma tardia e em Alagoas não foi diferente. A alfabetização dos escravos, por meio do poder público, teve início de forma efetiva apenas em 1873, após a decisão de Antonio Carneiro Antunes Guimarães. Antes disso, os escravos eram proibidos de frequentar os centros educacionais, uma prática respaldada pela lei vigente na época. As aulas destinadas aos escravos geralmente ocorriam durante a noite, uma estratégia adotada para não interferir nas atividades de trabalho desses alunos. A precariedade do sistema de ensino refletia as desigualdades sociais existentes na época, perpetuando a exclusão educacional não apenas dos escravos, mas também de outros grupos marginalizados. Esse cenário perdurou por vários anos, evidenciando a complexidade da luta pela igualdade de acesso à educação.

O racismo é condicional

Neste ponto, Almeida afirma que: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo 'normal' com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional (ALMEIDA, 2019, p.33), por isso cabe destacar que o racismo legitimou as mais diversas formas de escravização das pessoas negras submetidas a condições de vida sub-humanas.

No período da escravatura, as pessoas pretas não eram consideradas “gente”, viviam suas inquietações e tiveram que aprender a se adaptar. Antes mesmo da Abolição da Escravatura, algumas Leis foram estabelecidas para “diminuir”, os impactos da escravidão na vida do povo negro, o que não conseguiu apagar os anos de desvalorização ideológica da raça.

A reparação social veio mais de um século depois, com a criação da Lei de Cotas, debatida até hoje como um suposto privilégio para os negros. Enquanto ativistas do movimento negro afirmam que o sistema de cotas é uma política de reparação e direito à igualdade para os jovens negros, outros grupos ressaltam que as cotas servem como afirmação da inferioridade do intelecto da pessoa negra.

O que diz a lei hoje

Sancionada em agosto de 2012, a **Lei 12.711** estabeleceu reserva de 50% das matrículas nas universidades federais e institutos federais de ensino a alunos que cursaram o ensino médio em escolas públicas. A outra metade continua com a ampla concorrência.

Dentro das cotas, metade é para estudantes de escolas públicas com renda familiar igual ou inferior a um salário mínimo e meio por pessoa. Os 50% restantes para alunos da rede pública com renda familiar acima desse valor. Nas duas situações, há reserva de vagas para autodeclarados pretos, pardos e indígenas a partir da proporção desses grupos na população total da unidade da Federação onde a instituição está localizada, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Em 2017, as pessoas com deficiência passaram a ter também acesso às cotas, com base na proporcionalidade da população do estado e Distrito Federal.

No atual cenário educacional brasileiro, a desconstrução do mito da superioridade branca e da inferioridade negra e ameríndia é um desafio que atravessa todos os campos da educação, informação e imagem. Essa reflexão é apontada pelo renomado antropólogo e professor da Universidade de São Paulo (USP), Kabengele Munanga.

De acordo com Munanga, as imagens estereotipadas e discriminatórias do sujeito e da população negra são construídas e reproduzidas cotidianamente, principalmente no contexto educacional. No entanto, é justamente na educação que reside o poder de desconstruir essas representações negativas e construir uma sociedade que valorize e conviva com as diferenças.

Sueli Carneiro, intelectual negra e fundadora do Geledés - Instituto da Mulher Negra, aponta que o racismo estrutural presente nas escolas gera situações traumatizantes para os estudantes negros. Ela destaca que: “O pós-abolição não restitui essa humanidade retirada - a escola reitera isso. Não é gratuito que nossas primeiras experiências com o racismo tenham a ver com a entrada na escola”. Observatório da Educação, 2022

No ensino superior, em um passado não muito distante, a academia brasileira era permeada por uma perspectiva eurocêntrica, refletindo a predominância de pesquisadores brancos em sua construção. A presença de outras etnias nesse meio era mínima por muitos anos. Em Alagoas, a Universidade Federal (UFAL), foi uma das pioneiras em aderir ao sistema, implementando-o desde 2003 e superando as discussões iniciais sobre permanência.

A princípio, a Ufal reservou 20% das vagas para estudantes negros provenientes de escolas públicas, tornando-se uma das três primeiras universidades do país a adotar a política de cotas. No entanto, ao longo do tempo, o foco se expandiu para a ampliação das oportunidades, resultando em um recorte mais abrangente. A universidade definiu uma divisão de 60% das vagas para mulheres e 40% para homens quando implantou as

políticas de ações afirmativas. Com o passar dos anos, o critério de gênero foi substituído por grupos específicos, incluindo negros, quilombolas, indígenas e Pessoas com Deficiência (PCDs), além do critério de vulnerabilidade social.

Segundo levantamento recente realizado pelo Observatório do Legislativo Brasileiro (OLB) em parceria com o Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (Gema), haviam 30 propostas legislativas em tramitação na Câmara dos Deputados que abordam o tema das cotas nas universidades.

Dentre essas propostas, 19 foram apresentadas durante o Governo Bolsonaro, sendo que 12 são favoráveis à consolidação do programa e à expansão de seu escopo, enquanto 12 são contrárias, defendendo a revogação das cotas ou a alteração da proposta inicial. Essas divergências refletem claramente uma polarização partidária.

O objetivo das cotas vai além de tornar o acesso ao ambiente acadêmico mais equânime; elas são essenciais para promover a valorização da diversidade cultural e construir conhecimentos que contribuam para a aplicação da Lei 10.639. Com a implementação desse sistema, o ambiente universitário tem se tornado mais plural e representativo. A presença de negros e indígenas nas universidades contribui para a valorização de suas culturas, tradições e experiências, enriquecendo o debate acadêmico e desafiando visões euro centradas que por muito tempo prevaleceram. Essa diversidade cultural é um passo crucial para a construção de uma sociedade antirracista.

AUSÊNCIA DE IDENTIDADE E A REPRESENTATIVIDADE NEGRA NA MÍDIA

A relação do negro com a mídia digital tem sido marcada por uma série de desafios e transformações. Desde a exposição ao racismo até a naturalização de estereótipos e padrões de beleza, a participação do povo preto na comunicação tem sido limitada. Essa realidade remonta aos primórdios da televisão, que frequentemente retratavam pessoas negras como empregadas domésticas, babás, malandros, pobres e desempregados, perpetuando sua marginalização na sociedade.

Entretanto, como forma de combater as práticas racistas e injúrias raciais, o Estatuto da Igualdade Racial foi promulgado em 2010. Composto por 65 artigos, aborda diversas

pautas, como saúde, educação, cultura, lazer, moradia e trabalho. O estatuto determina que a herança cultural africana e a participação dos negros na história do Brasil devem estar presentes na produção veiculada pelos órgãos de comunicação. Foi a partir dessa legislação que os negros começaram a conquistar espaço na mídia, em especial no jornalismo.

Apesar dos avanços, a representação de pessoas negras na mídia ainda é escassa quando comparada à quantidade de negros que vivem no Brasil. No entanto, nomes como Maju Coutinho, Gloria Maria, Zileide Silva e Heraldo Pereira marcaram a história do telejornalismo brasileiro, rompendo barreiras e abrindo caminho para uma maior diversidade racial no cenário midiático do jornalismo.

Em Alagoas, o jornalismo negro vive uma grande efervescência motivado pela ocupação de espaço e isso tem ganhado visibilidade notória em órgãos públicos, televisão e rádio, nomes como Valdice Gomes, Géssika Costa, Juliana Amaral e Charlene Araújo estão no centro dessa busca ativa de combate ao racismo.

A mídia desempenha um papel importante para a população negra, dada sua poderosa influência e potencial para questionar ou reforçar padrões por meio de mensagens públicas. No entanto, o racismo estrutural no Brasil contribuiu ao longo dos anos para a ausência de heróis e heroínas negras na mídia e para a marginalização de histórias não contadas.

Durante sua trajetória, a mídia reproduziu padrões racistas, inclusive apoiando o tráfico escravista no século XIX. Estudos revelam a relação da imprensa com o tráfico de escravos, mostrando como a narrativa construída por ela estava alinhada aos interesses conservadores do parlamento imperial. A falta de representatividade negra na mídia, aliada à ausência de vozes negras na definição das linhas editoriais, levou à criação de coletivos que buscam ampliar a diversidade na mídia.

Embora haja avanços na representatividade negra na mídia, especialmente na publicidade, estereótipos ainda persistem.

Um estudo realizado pela agência publicitária Heads, em parceria com a ONU Mulheres, revelou um aumento significativo na presença de protagonistas negras em comerciais, mas ressaltou que os estereótipos ainda são reproduzidos. Essa representatividade

crescente na publicidade está relacionada ao aumento da renda e do acesso ao crédito pela população mais pobre nas últimas décadas.

O jornalismo também tem sido influenciado pela produção crescente de mídia negra e pela pressão exercida pelos movimentos negros em relação às pautas raciais. Alguns veículos têm buscado se aproximar dos coletivos de mídia negra, estabelecendo parcerias e colaborações. No entanto, ainda há exclusão de pautas relacionadas à população negra na mídia tradicional.

No cenário do jornalismo, a crescente produção de mídia negra e a pressão em torno de pautas raciais protagonizadas pelos movimentos negros têm exercido uma influência significativa. Diversos veículos têm buscado se aproximar dos coletivos de mídia negra, reconhecendo sua importância na luta contra a exclusão e na promoção de narrativas que desafiam a lógica racista e sexista da mídia hegemônica.

No entanto, a própria estrutura midiática apresenta obstáculos para a existência desses grupos. A falta de representatividade e a dificuldade de inserção em debates sobre o direito à comunicação, formulação de leis, políticas públicas e acesso a verbas de publicidade estatal são algumas das barreiras enfrentadas.

Apesar dos desafios, as mídias negras independentes e coletivas têm desempenhado um papel fundamental no fortalecimento dos movimentos negros e na pauta do combate ao racismo. O debate racial tem ganhado espaço na mídia, com os corpos negros se tornando cada vez mais visíveis e a população negra reafirmando seu interesse em ser protagonista de suas próprias histórias. Neste sentido, a luta pela liberdade de expressão e o enfrentamento do racismo no debate público são sinais do AQUILOMBAMENTO da população preta que está pronto para realizar o movimento de ascensão, rompendo barreiras e promovendo a inclusão.